UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ENFERMAGEM E SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
MESTRADO ACADÊMICO EM SAÚDE COLETIVA

Andressa Amaral Dariva

Fome e insegurança alimentar na população trans e travesti de Porto Alegre

Porto Alegre
2026

Andressa Amaral Dariva

Fome e insegurança alimentar na população trans e travesti de Porto Alegre

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem e de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Dornelas Camara.

Área de Concentração: Saúde Coletiva
Linha de Pesquisa: Políticas, planejamento, gestão e avaliação em saúde

Porto Alegre
2026

CIP - Catalogação na Publicação

Dariva, Andressa Amaral
Fome e insegurança alimentar na população trans e travesti de Porto Alegre / Andressa Amaral Dariva. -- 2026.
176 f.
Orientador: Guilherme Dorneles Camara.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Porto Alegre, BR-RS, 2026.

1. Fome. 2. Insegurança Alimentar. 3. Pessoas Transgênero. 4. Política Pública. 5. Serviços de Saúde para Pessoas Transgênero. I. Camara, Guilherme Dorneles, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Rosane e Jair, e ao meu irmão, Bruno, por todo o suporte, carinho e compreensão ao longo da minha trajetória acadêmica, principalmente nos momentos em que precisei me dedicar aos estudos e não pude estar presente em ocasiões de convívio com vocês. Desde a infância, vocês me ensinaram que o estudo transforma vidas e abre caminhos, e espero seguir abrindo muitas portas com o apoio de vocês.

Às pessoas participantes, por acreditarem no propósito desta pesquisa, por confiarem no meu trabalho e por compartilharem parte de suas vivências e histórias, que, em conjunto, deram forma a este estudo.

À equipe do Ambulatório de Identidade de Gênero, pelo acolhimento e pela solicitude ao longo do período de coleta de dados, sempre demonstrando engajamento e torcida diária para que fosse possível alcançar o tamanho amostral da etapa quantitativa. O trabalho de vocês é essencial, e fico muito feliz em poder acompanhar os avanços que o serviço vem conquistando.

Ao Coletivo TransENEM, pelo apoio na divulgação da etapa qualitativa do estudo. Tenho muito orgulho do trabalho que vem sendo construído pelo Coletivo e da possibilidade de fazer parte dessa trajetória.

À minha turma de Mestrado, em especial Aline, Bianca, Joana e Talitha, pelas discussões e conversas ao longo de cada disciplina, que foram fundamentais para a minha formação enquanto sanitarista. O período do Mestrado passa muito rápido, mas é atravessado por diversos desafios. Sou grata por ter compartilhado com vocês as angústias desse processo e por terem tornado esses momentos mais leves e divertidos.

Ao meu orientador, Guilherme, por ter escolhido meu plano de intenção durante o processo seletivo, e, por desde então, ter me desafiado a seguir caminhos diferentes do que estava habituada. Agradeço pelos teus ensinamentos, pela tua paciência e por ter em ti uma orientação tão competente.

Ao meu companheiro, Igor, por mais uma vez me apoiar de forma incansável durante a escrita deste trabalho. Ao longo desses quase seis anos juntos, já atravessamos um trabalho de conclusão de graduação, um trabalho de conclusão de residência e, agora, uma Dissertação de Mestrado – e, em todos eles, você foi praticamente minha primeira banca avaliadora. Agradeço pelas leituras atentas,

pelos comentários e sugestões, mas, acima de tudo, pela tua presença constante (inclusive no cuidado com a nossa amada Chiquinha) e pela vida que estamos construindo juntos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, através de bolsa de pós-graduação (nº 88887.001608/2024-00).

RESUMO

Introdução: No Brasil, ainda há escassez de dados sobre a população trans e travesti, especialmente em relação à fome e à insegurança alimentar (IA). **Objetivo:** Contribuir para a formulação da situação-problema da fome e da IA entre pessoas trans e travestis em Porto Alegre (RS). **Metodologia:** Trata-se de um estudo de abordagem mista, realizado entre junho e novembro de 2025. A etapa quantitativa incluiu pessoas trans e travestis acompanhadas no Ambulatório de Identidade de Gênero (AMIG), com aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), coleta de dados socioeconômicos e demográficos e realização de análises de regressão univariadas. A etapa qualitativa foi conduzida com pessoas trans e travestis residentes em Porto Alegre (RS), por meio de entrevistas em profundidade, posteriormente analisadas tematicamente em diálogo com o pensamento de Josué de Castro. **Resultados:** A etapa quantitativa incluiu 240 pessoas participantes. A prevalência de IA foi de 68,7%, sendo 37,1% IA leve, 15,0% IA moderada e 16,6% IA grave. A IA apresentou associação estatisticamente significativa com orientação sexual, situação habitacional, renda própria e familiar, dificuldade de acesso a alimentos em razão da identidade de gênero e uso de estratégias para aquisição de alimentos em contextos de escassez financeira. Na etapa qualitativa, foram realizadas 12 entrevistas, que evidenciaram a determinação social da fome a partir da sobreposição de barreiras que atravessam diferentes dimensões da vida social e, ao se combinarem, ampliam a exposição à fome e à IA. Ao mesmo tempo, as narrativas não se restringiram à denúncia de violações de direitos, também revelando formas de resistência, estratégias de enfrentamento e possibilidades de transformação. **Conclusão:** A fome e a IA entre pessoas trans e travestis de Porto Alegre (RS) constituem fenômenos estruturais, endêmicos e multideterminados, resultantes da articulação de exclusões que atravessam diferentes dimensões da vida social. Os achados evidenciam a urgência de políticas públicas voltadas às especificidades dessa população, capazes de assegurar direitos básicos e enfrentar a transfobia em suas múltiplas manifestações, considerando seus impactos diretos na vulnerabilidade à fome e à IA.

Palavras-chave: Fome; Insegurança Alimentar; Pessoas Transgênero; Política Pública; Serviços de Saúde para Pessoas Transgênero.

ABSTRACT

Background: In Brazil, data on transgender and travesti population remain scarce, particularly regarding hunger and food insecurity (FI). **Objective:** To contribute to characterizing the issue of hunger and FI among transgender and travesti people in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil. **Methods:** This was a mixed-methods study conducted between June and November 2025. The quantitative component included transgender and travesti individuals receiving care at a gender identity outpatient clinic (Ambulatório de Identidade de Gênero – AMIG), where the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA) was applied alongside collection of sociodemographic variables. Data analysis was performed using univariate regressions. The qualitative component was conducted with transgender and travesti people residing in Porto Alegre through in-depth interviews, subsequently analyzed thematically in dialogue with the work of Josué de Castro. **Results:** The quantitative component included 240 participants, where the prevalence of FI was 68.7% (37.1% mild, 15.0% moderate, and 16.6% severe). FI was significantly associated with sexual orientation, housing situation, personal and household income, gender-related difficulties in accessing food, and the use of strategies to acquire food in the context of financial scarcity. In the qualitative component, 12 interviews were conducted, evidencing the social determination of hunger through the overlap of barriers that cut across different dimensions of social life and, when combined, amplify exposure to hunger and FI. Participants' narratives were not restricted to the denunciation of violations to their human and citizen rights; they also revealed forms of resistance, coping strategies, and possibilities for transformation. **Conclusion:** Hunger and FI among transgender and travesti people in Porto Alegre constitute structural, endemic, and multi-determined phenomena, resulting from the articulation of exclusions that traverse multiple dimensions of social life. The findings underscore the urgent need for public policies tailored to this population, capable of securing basic rights and confronting transphobia in its multiple manifestations, given their direct impact on vulnerability to hunger and FI.

Keywords: Hunger; Food Insecurity; Transgender Persons; Public Policy; Health Services for Transgender Persons.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 10

1 INTRODUÇÃO..... 13

2 A VISÃO BIOLOGICISTA SOBRE A FOME..... 23

3 A SUPERAÇÃO DA DEFINIÇÃO BIOLOGICISTA DE FOME POR JOSUÉ DE CASTRO..... 25

4 FOME OU (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL?..... 28

4.1 CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL..... 28

4.2 REFLEXÕES ACERCA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.... 32

5 CARACTERIZANDO A POPULAÇÃO TRANS E TRAVESTI DE PORTO ALEGRE 37

6 OBJETIVOS..... 47

6.1 OBJETIVO GERAL.....47

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... 47

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... 48

7.1 ETAPA QUANTITATIVA.....49

7.1.1 Delineamento e população em estudo..... 49

7.1.2 Coleta de dados..... 50

7.1.3 Instrumentos de pesquisa..... 51

7.1.4 Análise de dados..... 52

7.2 ETAPA QUALITATIVA.....55

7.2.1 Delineamento e população em estudo..... 55

7.2.2 Coleta de dados..... 56

7.2.3 Análise de dados..... 57

8 CONCLUSÃO..... 59

REFERÊNCIAS..... 64

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (etapa quantitativa)..... 76

APÊNDICE B – Questionário da etapa quantitativa..... 78

APÊNDICE C – Quadro das variáveis da etapa quantitativa..... 81

APÊNDICE D – Carta-convite para participação na etapa qualitativa..... 83

APÊNDICE E – Questionário da etapa qualitativa..... 84

APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (etapa qualitativa). 85

ANEXO A – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)..... 87

APRESENTAÇÃO

Antes de iniciar a apresentação desta Dissertação, gostaria de me apresentar às pessoas leitoras, trazendo um pouco de pessoalidade a um tipo de escrita que, em geral, é marcada pela impessoalidade acadêmica. Meu nome é Andressa, sou uma mulher cisgênera branca e utilizo pronomes femininos (ela/dela). Sou graduada em Nutrição pela Universidade Federal de Ciências da Saúde (UFCSPA) e especialista em Saúde da Família e Comunidade pelo Grupo Hospitalar Conceição (GHC). Atualmente, atuo como nutricionista na Atenção Primária à Saúde (APS) e como voluntária no Coletivo TransENEM.

A inspiração para a escrita deste trabalho surgiu em 2022, no primeiro ano da minha residência multiprofissional, a partir da realização de um estágio complementar no Ambulatório de Identidade de Gênero (AMIG), voltado ao atendimento de pessoas trans, travestis e não binárias. Foi dessa experiência que nasceu também o meu trabalho de conclusão da residência (TCR), no qual desenvolvi um guia de cuidado nutricional para o atendimento da população trans, travesti e não binária na APS. É um material do qual tenho muito orgulho, hoje disponível na Biblioteca Virtual da Atenção Primária à Saúde (BVAPS) de Porto Alegre (RS) (Dariva; Diercks; Vicari, 2024). Durante a elaboração desse material, realizei uma revisão da literatura sobre estudos de nutrição com a população trans e travesti, na qual identifiquei uma lacuna importante de pesquisas brasileiras sobre a insegurança alimentar neste grupo. Ainda no período da residência, também realizei um estágio no Ambulatório Trans da Prefeitura de Porto Alegre, experiência que reforçou meu desejo de seguir aprofundando os estudos sobre transgeneridade e nutrição. Foi nesse contexto que vislumbrei uma possível linha de investigação para o Mestrado, com a qual segui para o processo seletivo. Após meu ingresso no PPGCol, e com o apoio do meu orientador, esse olhar foi ampliado, passando a incorporar também a discussão sobre a fome, articulada à conceituação proposta por Josué de Castro.

Acredito que, muitas vezes, nosso olhar acaba se fixando nos percalços do caminho e, de fato, a minha trajetória no Mestrado não foi simples. Ela foi atravessada por emergências climáticas, pela necessidade de sair da minha zona de conforto e me aproximar da abordagem qualitativa, além dos desafios de conciliar o tempo entre o trabalho e a pesquisa. Ainda assim, o que levo dessa jornada são, sobretudo, os aprendizados construídos ao longo do processo de pesquisa e escrita,

nas disciplinas cursadas, no estágio docência e também na minha vinculação com o TransENEM, que surgiu a partir de uma sugestão da banca de qualificação. Também fiquei muito feliz ao acompanhar a inserção de mais pessoas trans e travestis no PPGCol, a partir do programa de ações afirmativas, assim como a criação do Laboratório de Interseccionalidades, Equidade e Saúde, grupo de pesquisa vinculado ao Programa. Entendo esses movimentos como sinais importantes da ampliação do acesso dessa população na pós-graduação, ainda que de forma gradual, bem como da possibilidade de pautar, a partir de seus próprios lugares, questões historicamente negligenciadas no campo acadêmico e científico.

Esse movimento também reforça a importância de explicitarmos nossa posição identitária enquanto pesquisadora e pesquisador em um contexto culturalmente normativo, não de forma reducionista ou como mera declaração de pertencimento, mas a partir de uma perspectiva de escrita situada. Mais do que informar quem pesquisa, interessa compreender de que modo essa posição enquanto pessoas cisgêneras repercute na construção do objeto, no acesso ao campo e nas relações estabelecidas ao longo da pesquisa. Como argumenta Favero (2020), é necessário analisar os efeitos que esse lugar produz na investigação. Assim, buscamos adotar um compromisso ético e metodológico com a reflexão sobre como “ser quem se é” atravessa a produção do conhecimento.

Partindo desse compromisso, desejamos que os dados deste trabalho reverberem para além da comunidade acadêmica e ultrapassem a simples constatação e denúncia da realidade vivida por pessoas trans e travestis de Porto Alegre. Esperamos que sua leitura, além de informar, possa suscitar reflexões e provocar pequenas trans-formações no cotidiano de quem a acessa.

Por fim, a presente Dissertação está organizada em capítulos que apresentam, de forma articulada, o percurso teórico, metodológico e analítico da pesquisa. Inicialmente, é feita uma breve introdução ao tema em estudo, seguida dos capítulos de revisão teórica, que apresentam as bases conceituais que sustentam o trabalho. Nesses capítulos, são discutidos de maneira mais aprofundada os objetos da pesquisa, especialmente a fome e a insegurança alimentar, bem como a população em estudo, composta por pessoas trans e travestis de Porto Alegre.

Na sequência, são apresentados os objetivos do estudo e os procedimentos metodológicos adotados, organizados em duas etapas complementares: uma

quantitativa e outra qualitativa. Por último, os resultados e a discussão são apresentados de forma conjunta, acompanhando a ordem do percurso metodológico, de modo a articular os achados empíricos com a análise desenvolvida ao longo do trabalho.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, os dados oficiais sobre a população LGBT+[1] são escassos, especialmente no que diz respeito às informações específicas sobre pessoas trans e travestis[2]. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável por prover dados e informações do país tanto para a sociedade civil quanto para esferas governamentais, realizou seu primeiro censo demográfico em 1940 (IBGE, 2024). No entanto, foi apenas 79 anos depois, com a realização da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, que o Instituto passou a coletar dados sobre a orientação sexual das pessoas entrevistadas. O levantamento indicou que 2,9 milhões de pessoas (1,8% da população adulta brasileira) se declararam homossexuais ou bissexuais – em Porto Alegre (RS), o percentual alcança 5,1% da população adulta (Agência IBGE, 2022; Valle, 2022).

É importante destacar que o termo “homossexual”, referente à atração por pessoas do mesmo gênero, inclui tanto gays quanto lésbicas, mas a pesquisa não realizou essa diferenciação, assim como não incluiu questões referentes à identidade de gênero de cada participante. Em 2023, a partir de reivindicações sociais e da aprovação pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do projeto de lei que propõe a obrigatoriedade ao IBGE de coletar dados relativos à população LGBT+ nos censos e outros levantamentos periódicos (PL 1.082/2023), o IBGE realizou a inclusão de questões relacionadas à identidade de gênero e à orientação sexual da população na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 2023. No entanto, os resultados dessa pesquisa ainda não foram divulgados (Agência IBGE, 2023; Agência Senado, 2023). Como afirma Coacci (2018), ainda há um conhecimento precário sobre pessoas trans e travestis no país. Embora, desde a década de 1970, tenha sido produzido no Brasil e no mundo um volume expressivo

---

[1] Atualmente, outras identidades de gênero e orientações sexuais vêm sendo incorporadas à sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), tais como *queer* (Q), intersexo (I), assexual (A) e pessoa não binária (N), com o intuito de abranger e trazer visibilidade às suas pautas, pluralizando o movimento. A sigla adotada no presente trabalho segue a deliberação da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais de 2008, com a adição do símbolo “+” para demarcar tal diversidade citada (Brasil, 2008).

[2] Ao longo do trabalho, o termo “trans” será utilizado como um termo abrangente para se referir a identidades de gênero não conformantes com a cisgeneridade, tais como mulheres transexuais, mulheres transgênero, homens transexuais, homens transgênero, pessoas não binárias, entre outras. Apesar de o termo “travesti” estar contemplado no termo “trans”, ele será utilizado ao lado do termo “trans”, com o intuito de adotar uma postura política de afirmação de identidades travestis (Nascimento, 2021, p. 14).

de estudos[3] sobre essa população, os movimentos sociais de pessoas trans e travestis avaliam que ainda são escassos os dados estatísticos disponíveis a seu respeito. Em termos demográficos, isso significa que esse conjunto de pessoas ainda não se consolidou plenamente como população, dada a ausência de informações precisas sobre quantas pessoas trans e travestis vivem no país, bem como sobre seu perfil socioeconômico e de saúde em escala nacional (Coacci, 2018).

Na capital gaúcha, embora o movimento social de pessoas trans e travestis esteja estruturado há cerca de 40 anos, com marcos como a criação do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (GAPA), na década de 1980, e a atuação contemporânea de organizações não governamentais, como a Igualdade RS e a Somos, ainda são escassas as produções que apresentem dados de caracterização da população trans e travesti no município (Oliveira, 2018). Além de pouco numerosas, essas produções tendem a se concentrar em contextos institucionais específicos, especialmente em serviços de saúde voltados a essa população, como o Ambulatório Trans da Prefeitura de Porto Alegre e o Programa Transdisciplinar de Identidade de Gênero (PROTIG) do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), o que restringe a compreensão sobre suas condições de vida para além dos espaços formais de cuidado em saúde (Silva, 2019; Thomazi *et al.*, 2024).

Para a elaboração e a implementação de políticas públicas, é fundamental realizar o dimensionamento e a caracterização das necessidades da população a partir do levantamento de indicadores sociais. Dessa forma, a falta de coleta de dados relacionados à identidade de gênero por órgãos governamentais implica a invisibilidade das demandas de pessoas trans e travestis. A falta de dados também influencia na percepção de urgência e prioridade dentro da agenda governamental – em Porto Alegre (RS), mesmo com a promulgação da Lei nº 13.598/2023, que estabelece princípios, estratégias e planos de ação para a implementação da

[3] Cabe ressaltar que a expressividade quantitativa dessa produção não equivale, por si só, a uma garantia de qualidade ou de conversão em benefício direto para a população trans e travesti. Historicamente, parte significativa desses estudos foi produzida a partir de perspectivas patologizantes, que tomam a transexualidade como desvio ou transtorno, reproduzindo assim a função social de manutenção das normas cisheteronormativas que colocam os corpos trans como anormais em oposição aos corpos cisgêneros, tidos como normais. Desse modo, a questão não se resume à ausência de conhecimento, mas envolve também uma disputa sobre sua legitimidade, qualidade e adequação. Integrantes de movimentos sociais denunciam a precariedade do conhecimento hegemônico, seja por ter sido construído de forma antiética e pouco aberta à participação de pessoas trans e travestis, seja por seus efeitos muitas vezes nocivos sobre essa população (Coacci, 2018).

Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Pessoas com Identidade de Gênero Não Binária no município, o investimento previsto na área era de apenas R$2,60 por pessoa, um valor incompatível com o necessário para o cumprimento da legislação (Porto Alegre, 2023; Brasil de Fato, 2024).

Organizações, coletivos e grupos de pesquisa, como o VoteLGBT e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), buscam suprir essa lacuna ao produzir e promover dados para visibilizar pautas da população LGBT+, construindo um conhecimento contra-público[4] (Coacci, 2018). Nos anos de 2020 e 2021, o VoteLGBT realizou duas pesquisas para caracterizar a comunidade LGBT+ no Brasil e avaliar o impacto da pandemia de covid-19 em sua realidade ("Diagnóstico LGBT+ na pandemia"). Os dados de 2021 destacam, entre pessoas LGBT+ – incluindo pessoas cis, trans e travestis –, o agravamento da vulnerabilidade financeira, a piora da saúde mental e o afastamento da rede de apoio, assim como a insatisfação com o governo vigente no período da coleta (VoteLGBT, 2021). Um dos resultados mais alarmantes do estudo foi a alta prevalência de insegurança alimentar (IA)[5] entre pessoas trans e travestis, atingindo 56,8% dos respondentes (VoteLGBT, 2021).

Já o "II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2021-2022)", realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), revelou que 58,7% da população brasileira vive com algum grau de IA. No entanto, a delimitação de gênero na pesquisa foi realizada apenas pela categoria de "sexo biológico"[6], não

[4] O termo "conhecimento contra-público" abrange "a noção do conjunto de maneiras nas quais os atores dos movimentos sociais agem em oposição à precariedade do conhecimento, fomentando ou produzindo conhecimentos autonomamente e/ou em parceria com outros atores" (Coacci, 2018).

[5] A insegurança alimentar é definida pela falta de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para atender às necessidades dos indivíduos, sem prejudicar outras necessidades essenciais (Brasil, 2023). Embora o conceito de IA seja frequentemente utilizado como sinônimo de fome, o seu uso isolado não é apropriado para representar integralmente o fenômeno, uma vez que ele não necessariamente contribui para a problematização de suas raízes nas desigualdades socioeconômicas. Mais detalhes sobre essa discussão podem ser conferidos no item 4.

[6] É importante destacar que o termo "sexo biológico" é frequentemente empregado como se correspondesse a uma realidade objetiva e binária. No entanto, essa premissa tem sido contestada por estudos de diferentes áreas. Elsesser (2020) argumenta que não há um único parâmetro biológico (genético, hormonal ou anatômico) capaz de classificar todas as pessoas, de forma inequívoca, em duas categorias fixas e mutuamente excludentes. A existência de pessoas intersexo, por exemplo, evidencia que os marcadores usualmente associados ao sexo nem sempre se apresentam de maneira coerente ou convergente entre si. Nesse sentido, o termo "sexo biológico" opera como uma simplificação que reduz e invisibiliza a variabilidade presente nos próprios corpos.

possibilitando a análise dos dados para pessoas trans e travestis (Rede PENSSAN, 2022).

É importante destacar que, apesar da similaridade dos achados supracitados (específicos da população trans e travesti e da população brasileira em geral), a discriminação e o estigma relacionados à não conformidade de gênero dificultam o acesso de pessoas trans e travestis à educação, à habitação, à renda e ao mercado de trabalho, impactando diretamente a estabilidade financeira e tornando esse segmento populacional ainda mais vulnerável à IA e à fome (Russomanno; Patterson; Jabson, 2019). Tal afirmação é corroborada pelo estudo realizado por Gomes (2022), também conduzido durante o período da pandemia de covid-19, que identificou a presença de IA entre 68,8% das pessoas trans e travestis entrevistadas e sua associação com o desemprego e a baixa renda. Embora representem uma parcela significativa da população brasileira, com estimativas apontando que cerca de três milhões de pessoas (aproximadamente 2% da população adulta) se identificam como transgênero, ainda são poucos os estudos que se propõem a investigar as condições de vida desse grupo populacional, especialmente no que diz respeito à fome e à IA (Spizzirri *et al.*, 2021).

Para a adequada construção do objeto de estudo deste trabalho, é fundamental definir e problematizar esses conceitos. A fome constituiu por muitos anos (e talvez possamos considerar até hoje) um dos tabus da nossa civilização (Castro, 2022 [1946]). O apagamento do conceito “fome” ocorre não só pela falta de iniciativa de produção científica e discussão política, mas também pela sua substituição por termos com sentido genérico ou de significado estritamente biológico, desconsiderando a complexidade social da sua manifestação. Josué de Castro[7] — médico, professor, cientista social e articulador político — dedicou grande parte de sua vida aos estudos da fome e ao trabalho em organizações voltadas para o seu combate. Considerado entre o rol de pensadores sociais brasileiros, ele discorre em suas obras sobre a situação alimentar no Brasil e no mundo e apresenta a perspectiva da fome como fenômeno biológico de um problema social, descrevendo-a como um “flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens” (Castro, 2022, p. 11; Silva; Nunes, 2017). Ao contrariar a crença predominante até a

[7] Autor pernambucano de “Geografia da fome” (1946) e “Geopolítica da fome” (1952), é reconhecido pelo seu pioneirismo na concepção multidimensional do fenômeno da fome. Mais detalhes sobre a vida e a obra de Josué de Castro podem ser conferidos no item 3.

segunda metade do século XX, de que a fome era consequência da incapacidade de produção de alimentos suficientes para todos, Josué de Castro demonstra que a fome é, na verdade, um produto das escolhas humanas, destacando sua dimensão socioeconômica.

Em sua conceituação de fome, Castro (2022) argumenta que ela não pode ser definida apenas como uma sensação subjetiva, tampouco como um fenômeno individual ou estritamente biológico. Na língua portuguesa, o conceito "fome" pode abranger diferentes significados que encontram paralelos em distintas palavras da língua inglesa, como *hunger, starvation* ou *famine*. *Hunger* se refere à fome fisiológica, como o desejo e/ou a vontade de comer algo, podendo ser acompanhada de pequeno desconforto causado pelo consumo insuficiente de calorias provindas de alimentos durante o dia; *starvation* é a fome total ou inanição, um processo agudo que pode levar a consequências graves, sendo individual ou coletiva; *famine* é a escassez de alimentos coletiva, atrelada a catástrofes e crises humanitárias que afetam uma região geográfica (Leme, 2021). Além disso, muitas vezes, o conceito "fome" é utilizado estritamente como sinônimo e/ou associado aos termos má nutrição e desnutrição (Valente, 2003). Contudo, são termos que estão relacionados ao consumo alimentar inadequado e/ou insuficiente e divergem do que entendemos pelo conceito de fome por focarem unicamente em uma avaliação biológica e clínica do aproveitamento de nutrientes (Valente, 2003; Ramos, 2023).

Em "Geografia da fome" (1946), obra precursora dos estudos sobre a fome no país, Josué de Castro realiza uma ruptura com o pensamento predominante do período de que a fome seria advinda de questões pontuais ou externas, como guerras ou problemas climáticos (como as secas no Nordeste brasileiro), ou da insuficiência de produção de alimentos. Destacando a variedade climato-botânica e a extensão territorial do Brasil, ele afirma que, a partir dessas características, "seria possível produzir alimentos suficientes para nutrir racionalmente uma população várias vezes igual ao seu atual efetivo humano" (Castro, 2022, p. 45). Ele aponta que o aproveitamento irracional das possibilidades geográficas do país pela estrutura econômica-social dominante gera uma alimentação precária e incompleta para o povo brasileiro, negando a crença de que a fome seria decorrente exclusivamente das condições naturais da localidade.

À época, Josué de Castro salientou que a fome no Brasil perdurava por inúmeros motivos, dentre eles a impaciência nacional do lucro, a inaptidão do

Estado em equilibrar os interesses privados e coletivos e a marginalização e não integralização de áreas subdesenvolvidas do país — heranças da exploração colonial — que orientaram nossa economia para a exploração primária da terra, com a agricultura extensiva, monoculturista e latifundiária, e para a exportação das matérias-primas obtidas, não sobrando recursos para atender às necessidades internas do país e indispensáveis ao progresso social (Castro, 2022, p. 286). Desse modo, ele destaca as raízes socioeconômicas da fome a partir da estrutura econômica e agrária vigente no país. Castro afirmava que a fome é, na verdade, "uma expressão biológica de males sociológicos" resultante de decisões humanas motivadas por interesses políticos e econômicos, que impedem uma parte da população de ter acesso aos alimentos necessários para sua subsistência e dignidade (Castro, 1984, p. 115).

O seu ativismo pela reforma agrária e por mudanças estruturais nos processos de produção e distribuição agrícola, com a denúncia da fome e da existência de políticas excludentes, tornaram-no inimigo das classes dominantes da época, resultando em seu exílio político após o golpe empresarial-militar de 1964 e no consecutivo silenciamento do debate nacional sobre a fome. Ao revelar que o Brasil seria um país famélico, determinado por interesses políticos e econômicos neocoloniais, Castro foi acusado de desvalorizar a imagem do país, entrando em embate com o discurso ufanista predominante na comunicação e na propaganda da ditadura militar, que não permitia espaços para a discussão aprofundada dos problemas que afetavam a sociedade brasileira (Muntaser, 2017; Silva; Nunes, 2017). Com o silenciamento do debate proposto por Josué de Castro, a visão biologicista da fome ganhou força novamente, principalmente atrelada a ações de organismos multilaterais, como a *Food and Agriculture Organization* (FAO), agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU).

Mesmo após 50 anos, a discussão proposta por Castro sobre as causas da persistência da fome no Brasil segue atual: observamos que a exportação segue sendo o principal objetivo do agronegócio, com grandes latifúndios espalhados pelo país focados no cultivo de monoculturas como soja e milho, destinados à exportação e à pecuária (Lima, 2022). O debate sobre a reforma agrária como parte da solução para a superação da fome persiste até hoje, pois, sem transformações em nosso sistema produtivo, seguiremos com um sistema agrário exportador que prioriza a produção e o abastecimento de alimentos aos animais em detrimento das

necessidades humanas, o que remete ao curta-metragem “Ilha das Flores”[8] (1989), de Jorge Furtado, o qual aborda a desigualdade social como fator determinante no acesso aos alimentos, destacando que “o que coloca os seres humanos depois dos porcos na prioridade de escolha de alimentos é o fato de não terem dinheiro, nem dono”.

O silêncio em torno da fome possui raízes nos interesses políticos e econômicos, uma vez que expõe a incapacidade de governantes, dentro do sistema de produção capitalista, em atender de forma digna às necessidades básicas das suas populações, como alimentação, habitação, saneamento básico e renda. No sistema capitalista, mesmo havendo um crescimento econômico que permita atender às necessidades da população e diminuir as desigualdades sociais, essas mudanças não estão garantidas, pois esse crescimento por si só não é suficiente para alterar a dinâmica de distribuição de renda (Netto, 2007). Isso ocorre porque o sistema de produção prioriza a concentração de riqueza e a acumulação de bens, resultando na perpetuação da desigualdade social. Em outras palavras, o capitalismo está intrinsecamente ligado tanto à geração de riqueza quanto à reprodução contínua da pobreza, tornando essas duas dinâmicas inseparáveis (Netto, 2007).

No caso da população trans e travesti, essa desigualdade estrutural se manifesta de forma ainda mais aguda. Considerando que a fome no Brasil é socialmente produzida e distribuída de forma desigual, seus efeitos tendem a incidir com maior força sobre grupos historicamente marginalizados, cuja inserção social é atravessada por múltiplas barreiras de acesso à alimentação adequada e regular, como no caso de pessoas trans e travestis. Os poucos estudos sobre a situação alimentar dessa população já alertam para uma elevada prevalência de insegurança alimentar, resultante da articulação entre um modelo econômico excludente e a transfobia estrutural (Gomes, 2022; Gois *et al.*, 2024).

---

[8] É importante destacar que, embora o curta-metragem Ilha das Flores (1989) tenha alcançado ampla repercussão nacional e internacional, sua recepção entre pessoas moradoras do Arquipélago de Porto Alegre foi marcada por controvérsias. Relatos de residentes questionam a representação construída pela obra e apontam os efeitos duradouros da associação com a imagem de pessoas que disputariam alimentos com porcos, contribuindo para sentimentos de vergonha, dificuldades de inserção social e episódios de discriminação (Redel, 2024). Essas repercussões foram tematizadas no vídeo “Ilha das Flores: depois que a sessão acabou” (2011), que apresenta um contraponto à narrativa do filme original. Assim, sem desconsiderar a relevância do documentário para o debate sobre fome e desigualdade social, sua trajetória evidencia as tensões éticas na representação de comunidades vulnerabilizadas.

Antes de prosseguir, cabe uma ressalva: embora os estudos envolvendo pessoas trans e travestis frequentemente privilegiem uma analítica pós-estruturalista, com foco na produção de identidades, práticas de resistência e tensionamentos de gênero; nesta Dissertação, deliberadamente, escolhemos como eixo teórico central o pensamento de Josué de Castro. Para evitar o risco de anacronismo, recorremos, quando necessário, a mediações com autores/as/ies[9] da contemporaneidade que se dedicam à luta trans e travesti, mas mantendo o compromisso de nos apropriar da produção teórica do autor de referência, dada a materialidade da fome em sua manifestação para essa população na atualidade.

Ao adotar um entendimento mais amplo e profundo da fome, como proposto por Josué de Castro, é possível abordar suas causas estruturais, como a desigualdade social, a concentração de riqueza e a exclusão de populações marginalizadas. A atualidade de seu pensamento se mantém, assim como os seus apontamentos realizados em 1946 para o combate à fome:

> Ao lado da estrutura agrária, há outros obstáculos estruturais a vencer. Não é só a infraestrutura agrária que está superada, mas também os processos de distribuição da produção agrícola com sua rede interminável dos intermediários e atravessadores. **Dos monopolistas e exploradores da fome. Tudo isso tem que ser revisto** (Castro, 2022, p. 312, grifo nosso).

Diante do exposto, é fundamental abordar a fome e a IA na população trans e travesti considerando suas dimensões socioeconômicas e problematizando suas raízes em um contexto marcado pela extrema marginalização e exclusão social dessa comunidade, evidenciado por situações como conflitos familiares, evasão escolar e dificuldades de inserção no mercado de trabalho e acesso a serviços de saúde (Monteiro; Brigeiro; Barbosa, 2019). A importância da fomentação do debate da fome enquanto fenômeno biológico de um problema social, como apresentado por Josué de Castro, reside no compromisso de dar visibilidade às condições de vida de pessoas submetidas a situações de extrema indignidade, especialmente ao considerar a transversalidade de raça/cor e gênero em nosso país (Brito; Baptista, 2021).

Sendo assim, destaca-se a importância da explicação e da produção de dados sobre a realidade da fome e da IA na população trans e travesti em Porto Alegre (RS), a partir das perspectivas dos atores sociais que vivenciam e

[9] Ao longo deste trabalho, adotamos a linguagem inclusiva de gênero, recorrendo ao uso de palavras coletivas, desinências como “-e”, “-es” e “-ies” e pronomes como “elu” e “delu”. Essa escolha visa reconhecer e dar visibilidade a identidades de gênero não binárias, evitando que sejam subsumidas em categorias gramaticais exclusivamente masculinas ou femininas.

compreendem tal contexto. Conforme mencionado anteriormente, a identificação das necessidades de uma população e a fomentação da busca por soluções são fundamentais para subsidiar a formulação de políticas públicas. Considerando isso, declarar a fome e a IA na população trans e travesti como um problema constitui um ponto-chave para contribuir para o planejamento e para a construção de políticas públicas que visem transformar os aspectos dessa realidade que demandam modificações, tendo em conta a afirmação de Misoczky e Guedes (2016, p. 22):

> [...] não basta apenas um desconforto para que se defina algum aspecto da realidade como um problema objeto de planejamento. É preciso mais que isso. É preciso declarar quais aspectos estão em desacordo com a realidade almejada.

No entanto, é importante constatar que mesmo ações e políticas públicas de âmbito nacional, como a Política Nacional de Saúde Integral LGBT instituída em 2011, têm se mostrado insuficientes para modificar de forma significativa a dura realidade de violações de direitos, desrespeito e estigmatização enfrentada por essas pessoas em relação às suas identidades de gênero (Albuquerque; Lima Júnior; Gonçalves, 2024). Rodrigues e colegas (2021) discutem sobre a impunidade e a recorrência de ações de violência contra pessoas trans e travestis, que têm suas existências negadas enquanto cidadãs, e destacam o papel do Estado nesse contexto:

> A impunidade e a descrença que o Estado possui, enquanto ente protetor de direitos, fortalece a reflexão sintetizada no conceito de afronecrotransfobia, a partir do qual compreende-se que as corporalidades travestigêneres negras constituem-se em alvo de projeto de extermínio orquestrado pelo Estado (Rodrigues *et al*., 2021, p. 53).

Reconhecemos que a formulação e a implementação de ações e políticas públicas são passos importantes para a superação das atuais condições de vida da população trans e travesti, mas, como citado anteriormente, essas medidas, por si só, nem sempre são suficientes para transformar essa realidade. As mudanças efetivas, enquanto sociedade, não ocorrem apenas por esse caminho. Dessa forma, o processo de geração de conhecimento também exige o compromisso ético enquanto pesquisadores/as e pessoas cis de utilizar nossas posições de privilégio e dar visibilidade às pautas de pessoas trans e travestis enquanto luta coletiva, alinhada ao pensamento transfeminista — “passei a compreender que minhas dores não são só minhas, que minhas lutas não são só minhas; perceber-me como singular, mas também como coletivo” (Nascimento, 2021, p. 52) —, contribuindo ativamente no combate às desigualdades e promovendo a amplificação das vozes

de pessoas trans e travestis enquanto produtoras de epistemologias e sujeitas atuantes politicamente (Nascimento, 2021).

Nesse sentido, a pergunta de pesquisa que norteia o presente trabalho é: “Qual é a situação-problema da fome e da insegurança alimentar na população trans e travesti de Porto Alegre (RS)?”, sendo a análise e discussão dos dados realizada a partir da lente analítica do conceito de fome proposto por Josué de Castro.

2 A VISÃO BIOLOGICISTA SOBRE A FOME

Organizações mundiais como o Grupo Banco Mundial (*World Bank Group*), instituição internacional que efetua empréstimos financeiros, assistência técnica e aconselhamento político a países em desenvolvimento, e o *Our World in Data,* base de publicações científicas com foco em grandes problemas globais (pobreza, doenças, fome, alterações climáticas, guerra e desigualdade), abordam a fome como um sinônimo de desnutrição, trazendo o entendimento do conceito de fome como quantidade insuficiente de calorias consumidas ao longo do dia (Htenas *et al.,* 2020; Ritchie; Rosado; Roser, 2023). A FAO também segue uma perspectiva estritamente biológica semelhante aos termos má nutrição e desnutrição, valorizando os aspectos calóricos e quantitativos da alimentação em sua definição de fome:

> É uma sensação física desconfortável ou dolorosa causada pelo consumo insuficiente de energia alimentar. Torna-se crônica quando a pessoa não consome regularmente uma quantidade suficiente de calorias para levar uma vida normal, ativa e saudável (FAO, 2024).

É importante ressaltar que, apesar de reconhecermos que a má nutrição e a desnutrição não são termos adequados para substituir o conceito de fome, eles podem servir como parâmetros tanto individuais quanto coletivos que, quando analisados em conjunto com aspectos socioeconômicos e subjetivos, são fundamentais para a formulação de políticas públicas de alimentação e combate à fome (Valente, 2003). Além disso, não podemos desconsiderar as dimensões sociais e as demarcações de desigualdades envolvidas em seus processos, pois, assim como a fome, são resultantes das complexas relações humanas que estabelecem quem têm direito ao que e quando (Valente, 2003).

Entendemos que a fome, a má nutrição e desnutrição são facetas de um mesmo fenômeno, que reflete a violação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O DHAA tem sua origem no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento organizado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o qual afirma que "todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação […]" (UNICEF, 1948). Em 2002, o Relator Especial da ONU para o Direito à Alimentação apresentou a definição do DHAA:

> O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou

> por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (Leão, 2013, p. 27).

Considerando isso, entendemos que esse direito não se limita apenas à nutrição do indivíduo, uma vez que o DHAA está inerentemente ligado à dignidade humana e é interdependente dos demais direitos humanos, ou seja, a realização de um requer a garantia do exercício dos demais. Para exemplificar, uma pessoa em regime de escravidão pode estar bem alimentada, mas ainda assim tem seu direito à alimentação adequada violado por não ter a garantia dos seus demais direitos humanos. Da mesma forma, para a garantia plena de todas as dimensões do DHAA (adequação nutricional, qualidade sanitária, acesso regular e permanente, acesso a recursos financeiros e/ou naturais, entre outros), são necessárias ações intersetoriais de justiça social e econômica, como no caso de pessoas sem terra em acampamentos que dependem tanto da efetivação da reforma agrária quanto de medidas emergenciais que assegurem o acesso a alimentos até que possam produzir seu próprio sustento (Leão, 2013; Valente, 2003).

A fome é uma experiência relacionada à privação de direitos, e o uso desta palavra evoca sentimentos que termos técnicos não são capazes de transmitir, além de ser algo concreto aos olhos de quem lê ou ouve (eu *vejo* a fome, eu *sinto* a fome, eu *experiencio* a fome) (Frutuoso; Viana, 2021). Ao adotar a visão biologicista dos termos má nutrição e desnutrição e restringir o conceito de fome ao consumo insuficiente de calorias, perde-se de vista a complexidade de seu fenômeno e sua compreensão enquanto uma questão de saúde coletiva. O próprio apagamento do conceito de fome da agenda de pesquisas acadêmicas deve ser compreendido como um fato sociopolítico. Portanto, há uma problemática na substituição do conceito de fome por termos associados que resulta na invisibilização de sua pauta e gera o apagamento de suas dimensões sociais, políticas e econômicas, evitando o enfrentamento de suas reais causas.

3 A SUPERAÇÃO DA DEFINIÇÃO BIOLOGICISTA DE FOME POR JOSUÉ DE CASTRO

Josué de Castro é reconhecido como um pioneiro dos estudos sobre a temática da fome no Brasil e no mundo. Nascido em 1908 na cidade de Recife (PE), formou-se médico pela Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) e tornou-se um importante ativista social e político de ações para o combate da fome. Em 1932, defendeu sua tese “O problema fisiológico da alimentação no Brasil” para se tornar professor de Fisiologia na Faculdade de Medicina do Recife. Após a defesa, realizou um estágio com o médico argentino Pedro Escudero, afirmado como o “pai da Nutrição”, que influenciou Josué a adotar uma perspectiva social sobre a nutrição. Em 1935, publicou o inquérito alimentar “As condições de vida das classes operárias do Recife”, com destaque ao seu recorte a bairros proletários e sua demonstração da relação entre o acesso aos alimentos e a renda da população (Leme, 2021; Leme, 2022).

Em 1946, Josué de Castro tem sua consagração com a publicação do livro “Geografia da fome”, no qual traz suas interpretações sobre a situação alimentar brasileira e busca olhar para as bases estruturais e históricas da fome. Ele expõe a ideia de fome para além do conceito de inanição, usual à época, dividindo o Brasil em áreas de fome e apresentando os conceitos de fome epidêmica e fome endêmica. A fome epidêmica é descrita como uma derivação de um desvio do curso regular dos eventos, como crises, desastres climáticos ou guerras. São situações graves, mas temporárias, e a fome surge como um elemento inevitável do curso dos acontecimentos. Por outro lado, a fome endêmica, também denominada oculta ou parcial, é caracterizada pela carência crônica de determinados nutrientes, apesar do consumo diário de alimentos. Ela não está ligada a uma situação de crise nem é passageira, mas permanente e relacionada à posição social do indivíduo ou grupo (Castro, 2022; Leme, 2021). A partir dessas definições, Josué de Castro demonstra que a subnutrição e as carências alimentares estruturais também devem ser denominadas como fome, dando notoriedade para a fome cotidiana, coletiva e política, não só para as situações agravadas de fome apresentadas em noticiários.

Em “Geografia da fome”, Castro também aponta a escassez da produção bibliográfica sobre a fome, destacando à época que “para cada mil publicações tratando dos problemas da guerra, pode-se contar com um trabalho acerca da fome”

(Castro, 2022, p. 18). Tal afirmação ainda se faz verdadeira, pois, ao fazermos uma busca atual do termo “fome” na biblioteca eletrônica SciELO, encontramos apenas 281 publicações, em contraste com 2.270 estudos ao buscarmos por "guerra" e 307 relacionados à "insegurança alimentar"[10]. Nota-se que, apesar de sua extensão global e de suas graves consequências, mesmo após 79 anos da publicação do livro que inseriu a fome no debate público no Brasil, ainda pouco se produz cientificamente sobre o seu fenômeno. No âmbito político, apesar dos primeiros relatos sobre as repercussões da fome datarem do período de 1880 a 1890, com as publicações do farmacêutico Rodolfo Teófilo sobre as secas na região do sertão nordestino, a emergência de ações de uma política social de alimentação e nutrição ocorreram apenas durante o governo do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) (Vasconcelos, 2005). Nessa época, os estudos de Josué de Castro propiciaram a ampliação do entendimento da fome, deslocando-a do campo biológico para as esferas social e econômica, o que influenciou a criação de órgãos governamentais com ações e políticas contínuas de combate à fome (Vasconcelos, 2005; Leme, 2021).

Contudo, o banimento das produções de Josué de Castro das escolas e universidades brasileiras durante o período do regime militar levaram ao abandono do seu legado intelectual nos debates acadêmicos da época. Atualmente, há um movimento de resgate de suas ideias e de seus posicionamentos que trazem a inegável influência que ele exerceu na ciência da nutrição, abordando-a com uma perspectiva científica-social e dando importância para a transdisciplinaridade na temática da fome, além da sua relevância nacional para construção de uma política social de alimentação (Silva; Nunes, 2017). As pioneiras pesquisas de Josué de Castro instigaram a ampliação do olhar para além de apenas a quantidade consumida de alimentos, com foco também na qualidade nutricional e nas carências de micronutrientes. Ele participou ativamente da luta pelo aumento da renda da classe trabalhadora e pela definição do salário mínimo nacional em 1938, além de ter contribuído para a criação de políticas como a merenda escolar e os restaurantes populares (Aranha, 2010). Josué de Castro também teve participações fundamentais em órgãos como a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) e o Serviço de

[10] Busca realizada em 22 de janeiro de 2025 na biblioteca eletrônica SciElo, utilizando os termos “fome”, “guerra” e “insegurança alimentar”, separadamente, incluindo todos os índices e sem demais filtros.

Alimentação da Previdência Social (SAPS), na presidência do Conselho Executivo da FAO e como deputado federal em seus dois mandatos (1955-1962), em que esteve engajado no combate aos latifúndios e na defesa da reforma agrária (Silva, 2014).

Apesar de ser considerado um autor controverso no debate intelectual brasileiro, por oscilar entre o reconhecimento de suas ações de combate à fome e o esquecimento de seu legado intelectual nos debates acadêmicos, as publicações de Josué de Castro seguem tendo influência na sociedade, como na construção do Programa Fome Zero (2003), lançado durante o primeiro mandato do presidente Lula. O Programa teve como um de seus principais pilares os estudos e a definição de fome defendida por Castro, enfatizando seu caráter como uma política pública de inclusão social, e não de assistencialismo (Aranha, 2010; Silva; Nunes, 2017). Os eixos centrais do Programa visavam promover mudanças estruturais, incluindo a redistribuição de renda, o aumento da produção, a geração de empregos, a reforma agrária, entre outras ações, além de políticas específicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional (Aranha, 2010, p. 54):

> O projeto Fome Zero buscava atacar o problema da insegurança alimentar a partir da melhoria do nível de renda da população considerada pobre, uma vez que o problema da fome no Brasil está muito mais relacionado com a insuficiência de renda do que, propriamente, com a falta de oferta ou escassez de alimentos.

Ao longo dos estudos e trabalhos de Josué de Castro, o seu maior ponto de inflexão em relação ao conhecimento da época é a sua defesa de que a fome, com envolvimento de dimensões subjetivas e associações de cunho individual e coletivo, não pode ser analisada por uma visão unilateral, sendo um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais, com raízes principalmente políticas (produção, abastecimento e distribuição de alimentos, políticas salariais, condições sanitárias, de habitação e de trabalho) (Castro, 2022; Ramos, 2023).

4 FOME OU (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL?

4.1 CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Para compreendermos a questão da fome, é essencial também examinar um de seus conceitos relacionados: a segurança alimentar. Durante o período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), utilizava-se na Europa o conceito de segurança alimentar para designar a capacidade de cada país de produzir sua própria alimentação (autossuficiência alimentar), de forma a não ficar suscetível a possíveis embargos ou boicotes políticos e evitar uma relação de dependência com outras nações. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a compreensão do acesso ao alimento de qualidade como um direito humano, a definição de segurança alimentar passou a referir-se à disponibilidade suficiente de alimentos de forma global, com o entendimento de que a incapacidade de atingir essa competência decorria da baixa produção de alimentos nos países subdesenvolvidos. Ao longo da segunda metade do século XX, após tentativas falhas de reduzir a fome mundial com o aumento da produção de alimentos, houve a percepção de que a fome era resultado da injustiça social vigente e não da produção insuficiente de alimentos, sendo necessária a garantia do abastecimento e do acesso regular aos alimentos (Leão, 2013).

Como mencionado, o conceito de segurança alimentar passou por alterações ao longo do tempo (Quadro 1), tornando-se mais abrangente ao incluir o entendimento de acesso aos alimentos e, posteriormente, noções referentes à qualidade sanitária, biológica e nutricional (Leão, 2013). Analisar o conceito de segurança alimentar permite o entendimento de que as condições socioeconômicas, políticas e ambientais influenciam no acesso da população aos alimentos, evidenciando que a fome não é apenas uma questão de escassez, mas de desigualdade e má distribuição de alimentos e de recursos. A definição utilizada pela FAO descreve segurança alimentar como

> [...] uma situação que existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a alimentos em quantidade suficiente, seguros e nutritivos que satisfaçam as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável (FAO, 2003).

Quadro 1 – Evolução da concepção de segurança alimentar

Primeira Guerra Mundial (1914-1918)	**Segunda Guerra Mundial (1939-1945)**	**Segunda metade do século XX (1980)**
Capacidade de cada país de produzir a própria alimentação → nível LOCAL	*Suficiência da disponibilidade de alimentos de forma global* → nível MUNDIAL	*Garantia do acesso de todas as pessoas a quantidades suficientes de alimentos de forma permanente* → nível INDIVIDUAL

Fonte: elaboração própria.

No Brasil, a proposta de conceituação de segurança alimentar apresentada na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA), em 1994, articula duas dimensões complementares: a alimentar, que se refere à produção, à disponibilidade e ao acesso de alimentos, e a nutricional, relativa à utilização biológica do alimento e à interface com a saúde humana. No documento final da I CNSA, a segurança alimentar é definida como algo que não abarca apenas a distribuição de alimentos, envolvendo também dimensões econômicas, políticas e sociais, sendo necessárias mudanças estruturais no modelo econômico e de desenvolvimento do país para a sua garantia. Dentre essas mudanças, destaca-se o estabelecimento de requisitos fundamentais para assegurar a segurança alimentar, os quais envolvem a priorização do mercado interno e de pequenos empreendimentos na produção, distribuição e comercialização de alimentos; a efetiva reforma agrária, com garantia do acesso à terra e aos meios de produção; políticas econômicas e sociais que garantam emprego, profissionalização e renda digna a pessoas trabalhando e desempregadas, e estímulo e apoio à pesquisa e à divulgação de alternativas alimentares de baixo custo e alto valor nutricional (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 1995).

Em 2004, com a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), extinto durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1995, um grupo de trabalho iniciou a elaboração da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) com base nas propostas do relatório final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) (Silva, 2014). As propostas presentes na II CNSAN reforçaram a importância da realização da reforma agrária, da revisão da estrutura de comércio e abastecimento de alimentos, da promoção de ações de saúde e nutrição e da instituição da LOSAN e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), além de

apresentar em seus textos de referência a definição de SAN que posteriormente seria utilizada na LOSAN (CONSEA, 2004).

A promulgação da LOSAN em 2006 ocorreu em um momento de ascensão da segurança alimentar e nutricional na agenda governamental, juntamente com a promoção de políticas de combate à fome e à pobreza (Programa Fome Zero e Programa Bolsa Família) (Brasil, 2006; Brito; Baptista, 2021). Antes mesmo de assumir a presidência em 2003, Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) já vinham denunciando, em campanhas eleitorais anteriores, a persistência da fome, da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil, com propostas relacionadas à criação de uma política de segurança alimentar e de crescimento em conjunto com a distribuição de renda (Brito; Baptista, 2021). Ao sancionar a LOSAN, o então presidente Lula mencionou a relevância de "Geografia da fome" (1946) para o debate nacional sobre a fome:

> Quis o destino que a segurança alimentar fosse incluída em nossas leis como um direito humano inalienável no mesmo ano que uma obra que mudou a compreensão nacional face à tragédia da fome se torna sexagenária. […] Quando escreveu sua mais conhecida obra, Josué de Castro sofreu pressões para que o título incômodo fosse substituído por outro mais ameno (Aranha, 2010, p. 25).

O conceito atual de SAN definido pela LOSAN compreende pelo menos quatro componentes (Brasil, 2014):

1. a disponibilidade de alimentos em quantidade suficiente (produção, comércio, abastecimento e distribuição);
2. o acesso físico e financeiro aos alimentos, com a capacidade de obter alimentos em quantidade e qualidade suficiente de forma socialmente aceitável;
3. a utilização biológica dos alimentos, podendo ser afetada por condições sanitárias, pela segurança microbiológica do alimento e do ambiente de produção, e por conhecimentos e escolhas alimentares;
4. a estabilidade nos demais componentes, envolvendo a sustentabilidade social, econômica e ambiental e o planejamento do poder público e das famílias.

Ao comparar os conceitos de segurança alimentar definidos pela I CNSA (1994) e pela LOSAN (2006) (Quadro 2), notam-se semelhanças e disparidades em suas definições. Ambas destacam a universalidade do direito ao acesso aos

alimentos, utilizando a palavra “todos” para reforçar que a segurança alimentar deve abranger toda a população. Elas também enfatizam a importância da permanência ao acesso aos alimentos, como indicado em “[...] que assegure permanentemente o acesso de todos os habitantes em território brasileiro aos alimentos” (I CNSA) e “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos” (LOSAN). Ainda sobre o acesso, a LOSAN menciona que o acesso aos alimentos não deve “comprometer o acesso a outras necessidades essenciais”, enquanto a I CNSA estabelece que os alimentos devem ter “preços adequados”, indicando também a acessibilidade econômica aos alimentos. Ambas as definições ressaltam a importância da quantidade e da qualidade suficientes dos alimentos. A I CNSA vincula esses aspectos ao objetivo de garantir “uma vida digna e saudável, bem como os demais direitos da cidadania”, enquanto a LOSAN acrescenta a importância de respeitar a diversidade cultural e de que as práticas alimentares sejam socialmente sustentáveis.

Quadro 2 – Conceitos de segurança alimentar no Brasil

I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (1994)	**Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (2006)**
Conjunto de princípios, políticas, medidas e instrumentos que assegure permanentemente o acesso de todos os habitantes em território brasileiro aos alimentos, a preços adequados, em quantidade e qualidade necessárias para satisfazer as exigências nutricionais para uma vida digna e saudável, bem como os demais direitos da cidadania.	Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Fonte: adaptado de CONSEA (1995) e Brasil (2006).

A definição proposta pela I CNSA está em consonância com o restante do documento em que é apresentada, considerando a segurança alimentar como parte integrante dos direitos que definem a qualidade de vida e como um componente estratégico para o desenvolvimento econômico, social e político (CONSEA, 1995). Em contraponto, embora aborde aspectos importantes como a sustentabilidade e a diversidade cultural, a definição da LOSAN não enfatiza a importância de uma vida digna. Isso remete à discussão mencionada anteriormente, cabe relembrar: uma

pessoa escravizada pode estar bem alimentada, em termos de quantidade e qualidade, mas sua dignidade continua comprometida (Valente, 2003).

4.2 REFLEXÕES ACERCA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A partir do conceito de segurança alimentar e nutricional estabelecido pela LOSAN (Brasil, 2006), é definido o conceito de insegurança alimentar e nutricional, que ocorre quando não há garantia plena da SAN, ou seja, refere-se à não realização do direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para atender às necessidades dos indivíduos, sem prejudicar outras necessidades essenciais (Brasil, 2023).

O uso do termo “insegurança alimentar” no Brasil ganha relevância no momento da saída do país do Mapa da Fome da ONU (com o alcance de menos de 5% da população em situação de subalimentação), contrastando com a presença de insegurança alimentar grave em 3,2% dos domicílios brasileiros pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013 (Brito; Baptista, 2021). É importante ressaltar que a PNAD utiliza a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA, Anexo A) como instrumento para a avaliação da IA, enquanto a FAO utiliza o índice PoU (*Prevalence of Undernourishment*) para a definição de “população em situação de subalimentação”, o qual se baseia em dados nacionais sobre a disponibilidade e o consumo de alimentos (necessidades energéticas), estimando a adequação de ingestão dietética de uma população (FAO, 2024). Ademais, há discussões sobre as falhas do índice PoU, como a delimitação de um tempo de referência muito longo (12 meses), o que pode ocasionar a ocultação do impacto de episódios curtos e intermitentes de fome; a utilização da ingestão de calorias como parâmetro isolado, sem considerar a avaliação de macro e micronutrientes para estimar a qualidade da alimentação; e a adoção do estilo de vida sedentário como referência para a estimativa das necessidades calóricas da população, o que pode subestimar o número de pessoas que sofrem de desnutrição, uma vez que a subsistência de muitas pessoas pobres envolve “trabalho manual árduo” e, consequentemente, um maior gasto energético (Lappé *et al.*, 2013).

A EBIA, utilizada no Brasil desde 2004 para medir quantitativamente a prevalência de (in)segurança alimentar domiciliar, foi desenvolvida a partir da adaptação do instrumento estadunidense *Household Food Security Survey Module* (HFSSM) (Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2015). Em sua apresentação, ela se propõe a

“avaliar de maneira direta uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional em uma população, por meio da percepção e experiência com a fome” (Brasil, 2014). Ela foi validada para a população brasileira e conta com 14 perguntas e suas respectivas frequências (ou 8 perguntas, caso a residência não possua residentes menores de 18 anos), sendo capaz de classificar os domicílios em quatro níveis (Brasil, 2014; Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2015):

1. Segurança alimentar: acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente.
2. Insegurança alimentar leve: comprometimento da qualidade da alimentação em detrimento da manutenção da quantidade percebida como adequada, juntamente com a preocupação de que possa faltar alimento no futuro.
3. Insegurança alimentar moderada: modificações nos padrões usuais da alimentação concomitante à restrição na quantidade de alimentos entre as pessoas adultas.
4. Insegurança alimentar grave: quebra do padrão usual da alimentação com comprometimento da qualidade e da quantidade de alimentos da totalidade da família (inclusive as crianças), podendo incluir a experiência de fome.

Existem divergências sobre a compreensão de que a fome estaria presente apenas no grau mais severo de IA. Ribeiro Júnior (2021) sugere que a IA leve pode ser considerada como “risco de fome” e as classificações moderada e grave seriam um estado de “fome” propriamente dito, com base na necessidade de explicitar, com uma definição socialmente reconhecida, a extensão e a intensidade da fome no mundo, além de utilizar termos mais fiéis em relação àquilo que os instrumentos de IA propõem mensurar. As experiências de fome e de risco de fome podem ser exemplificadas como: preocupação com o fim dos alimentos; impossibilidade de ter uma alimentação saudável e variada; deixar de fazer refeições; comer menos do que achou que devia; sentir fome, mas não comer; ficar um dia inteiro sem comer. São experiências que remetem à fome endêmica e à subnutrição descritas por Josué de Castro (2022).

É importante destacar que apesar da classificação final da EBIA se ater principalmente à descrição biológica da IA, associada à quantidade e qualidade dos alimentos, os questionamentos presentes no instrumento incluem itens pertinentes às dimensões psicológicas e sociais, como ter preocupação que os alimentos

acabem e a falta de dinheiro para a compra dos alimentos (Brasil, 2014). No entanto, a EBIA, ainda assim, é um instrumento quantitativo que realiza a categorização de insegurança alimentar, necessitando de outras perspectivas para atingir a compreensão do fenômeno da fome com suas dimensões biológicas, econômicas e sociais, como descrito anteriormente (Brasil, 2014). Os elementos da definição de SAN (tanto por sua definição da I CNSA, quanto pela LOSAN) e da fome descrita por Josué de Castro trazem à tona o impasse de que nenhum indicador isolado é capaz de avaliar suas diversas dimensões — são necessários vários parâmetros para mensurar desde o direito de acesso aos alimentos até as condições efetivas desse acesso em diferentes territórios (Ribeiro Júnior, 2021; Segall-Corrêa, 2007).

Apesar de os conceitos de fome e de insegurança alimentar possuírem intersecções, podendo causar dificuldades ao distingui-los, existem alguns pontos para reflexão que permitem uma distinção entre os dois termos. Em consonância com Ribeiro-Júnior (2021), consideramos que a experiência da fome não está presente apenas na insegurança alimentar grave, mas que todos os seus níveis podem ser considerados como fome. A partir das definições de Josué de Castro, apesar do consumo diário de alimentos, um indivíduo pode vivenciar a fome oculta ou parcial pela carência crônica de nutrientes específicos — ou seja, se há alguma restrição na qualidade da alimentação para manutenção da quantidade, esse indivíduo já pode estar experienciando a fome (Castro, 2022). Enquanto o conceito de fome possui ligação intrínseca com a desigualdade e a pobreza, a dimensão socioeconômica fica implícita no conceito de IA (em “acesso regular e permanente a alimentos”, o que remete ao acesso físico e financeiro). Além disso, não há menção sobre a dignidade do indivíduo na definição atual de IA, ao passo que a fome representa uma violação do direito fundamental de alimentação e da consequente sobrevivência do sujeito, com a negação do seu direito à vida e da sua dignidade (Vieira, 2013).

Frutuoso e Viana (2021) também pontuam que não foi mera coincidência a relação dos avanços nas políticas públicas de combate à fome no Brasil com a enunciação do problema da fome e da sua magnitude, tanto em campanhas eleitorais quanto em ações como o Programa Fome Zero (2003), além da identificação e do reconhecimento do povo brasileiro com o conceito de fome:

> [...] ao escolher o termo fome em detrimento de outros termos, como desnutrição ou insegurança alimentar, pode ter acarretado um alcance e uma eficácia diferente de outros programas com a mesma temática. Qual o

> apelo e os significados que as ações políticas podem gerar para a população com base na forma com que são nomeadas? O apelo e os significados seriam os mesmos se esse programa fosse chamado de "Desnutrição Zero" e/ou "Insegurança Alimentar Zero"? (Frutuoso; Viana, 2021, p. 8).

Como citado anteriormente, com a saída do Brasil do Mapa da Fome da ONU em 2014, houve uma mudança de direcionamento nas discussões sobre alimentação e nutrição, deslocando o foco da retórica da fome para a ênfase na insegurança alimentar e no excesso de peso (Brito; Baptista, 2021). Essa modificação gerou implicações políticas e sociais, como o apagamento e a subestimação da fome, uma vez que a insegurança alimentar pode estar relacionada a diferentes problemas alimentares (fome, carências alimentares, excesso de peso, uso de transgênicos e agrotóxicos), além da sua estimativa apresentar algumas limitações referentes ao uso da EBIA. Entre tais limitações, estão a inclusão de questões relacionadas à renda, o que pode dificultar sua aplicação entre povos indígenas e quilombolas que cultivam seus próprios alimentos, e o fato de ser um instrumento voltado para o uso domiciliar, o que o torna excludente para pessoas em situação de rua (Brito; Baptista, 2021). Dessa forma, apesar de a EBIA ser um instrumento capaz de produzir dados quantitativos de IA, seu uso pode repercutir em uma minimização do real problema da fome e no apagamento de uma parcela importante da população brasileira nos levantamentos realizados pelo IBGE.

A trajetória de desenvolvimento e debate sobre a SAN e a fome no Brasil foi marcada por diversos percalços e descontinuidades, sobretudo no âmbito político e governamental (Silva, 2014). Apesar de ser um tema de debate longevo, a estrutura de desigualdades que perpetua a fome se preservou mesmo em momentos prósperos e de crescimento econômico. Após a redemocratização, em 1985, a pauta ganhou novo fôlego e alcançou maior centralidade nos dois primeiros mandatos do presidente Lula (2003-2011), com a criação do Programa Fome Zero, do Ministério Extraordinário de Combate à Fome e do Programa Bolsa Família, além do fortalecimento das políticas de SAN (Brito; Baptista, 2021). Nos governos subsequentes, contudo, a fome perdeu prioridade na agenda governamental. Durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), esse processo se intensificou com a extinção do CONSEA, a desestruturação do SISAN e a não realização da VI Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

(CNSAN), contribuindo para o desmonte de equipamentos e políticas públicas de SAN (Brito; Baptista, 2021).

No debate científico e político, a fome foi pouco enunciada, o que pode ter relação com o fato de nunca ter sido efetivamente enfrentada. O esvaziamento de seu significado, limitado a discussões biologicistas, e a mobilização do debate de forma seletiva, conforme interesses políticos, contribuíram para invisibilizar quem vivencia a fome e perpetuar os determinantes estruturais que a sustentam, mantendo políticas que não enfrentam as raízes de sua desigualdade (Brito; Baptista, 2021).

5 CARACTERIZANDO A POPULAÇÃO TRANS E TRAVESTI DE PORTO ALEGRE

A mobilização política para organização de movimentos trans e travestis em Porto Alegre (RS), assim como em outras regiões do Brasil, surge no contexto da epidemia da aids na década de 1980 (Oliveira, 2018). Nesse período, no Rio Grande do Sul, foi criado o GAPA, uma organização da sociedade civil (OSC) destinada ao enfrentamento da aids e de acolhimento às pessoas vivendo com HIV/aids, principalmente aquelas pertencentes a grupos mais estigmatizados e marginalizados pelo poder público, como homossexuais, pessoas trans, travestis e profissionais do sexo (Oliveira, 2018; Lopes, 2023). O GAPA desempenhou um papel fundamental ao promover e mediar debates sobre a violência policial e os direitos humanos de pessoas trans e travestis que atuavam na prostituição. Além disso, a organização incentivou a formação de lideranças e a fomentação do associativismo (Oliveira, 2018). Dessa forma, a partir das reuniões e atividades realizadas pelo GAPA, outros grupos começaram a se organizar, levantando pautas que iam além das questões relacionadas à aids, como o Nuances, inicialmente chamado Movimento Homossexual Gaúcho (MHG), o Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP) e a Igualdade RS (Oliveira, 2018; Lopes, 2023).

No Brasil, a primeira organização em defesa dos direitos de pessoas trans e travestis foi fundada em 1992 pela travesti Jovanna Baby[11] e suas companheiras. A Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) surgiu da necessidade de mobilização das travestis frente à violência policial, especialmente nos pontos tradicionais de prostituição no Rio de Janeiro (Carvalho; Carrara, 2013). No ano seguinte, em 1993, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Transexuais (à época denominado Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids – ENTLAIDS), que impulsionou a formação de outras organizações em diversas regiões do país, incluindo a Igualdade RS, que na época ainda não havia se formalizado como uma OSC independente do GAPA (Carvalho; Carrara, 2013). Durante as décadas de 1980 e 1990, o GAPA se destacou como uma instituição de referência para pessoas trans e travestis, oferecendo um espaço de cuidado, acolhimento, sociabilidade e identificação como grupo social (Oliveira,

[11] Jovanna Cardoso (também conhecida como Jovanna Baby) é uma referência histórica do movimento trans e travesti no país, com atuação na organização política e na criação de articulações nacionais, como a ASTRAL e o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS).

2018). Embora não tenha conseguido atender plenamente às especificidades do movimento trans e travesti, foi por meio das ações promovidas pelo GAPA que se viabilizou a organização e consolidação da Igualdade RS.

O contato com integrantes de instituições voltadas aos direitos da população trans e travesti de outros estados foi fundamental para reconhecer o progresso do movimento e confirmar a possibilidade de organizar algo semelhante em Porto Alegre (RS) (Oliveira, 2018). Marcelly Malta, travesti e uma das fundadoras da Igualdade RS, explica sobre uma das motivações para a criação de uma associação desvinculada do GAPA em 1999:

> Aí eu e a Cassandra, né, que foi a primeira presidente aqui da Igualdade, a gente teve a ideia de se reunir e falar por nós mesmos, porque quem falava por nós? Era psiquiatra, psicólogo, padre, Igreja, sociólogo, enfim, era a Universidade que falava por nós. Acho que ser travesti é tu poder falar do teu corpo, tua vida, tua trajetória (Malta, 2017).

Marcelly, ao relatar o desenvolvimento da ideia inicial da Igualdade RS, evidencia a emergência de demandas específicas da comunidade trans e travesti que não eram atendidas pelo GAPA, conectando-se ao conceito de autodeterminação, descrito pela travesti e pedagoga Letícia Nascimento[12]:

> O conceito de autodeterminação nos coloca como protagonistas de nossas experiências subjetivas, retirando a autoridade que, na sociedade vigente, ainda está tutelada por instituições médicas, jurídicas, religiosas e estatais, que nos delimitam em uma condição subalterna, patológica, criminosa e imoral. Quando os corpos trans* assumem processos de produções discursivas sobre suas subjetividades passam a rechaçar o pensamento colonizador e os processos de patologização (Nascimento, 2021, p. 68).

A formalização como OSC permitiu à Igualdade RS uma maior inserção no campo político, fortalecendo sua relação com o Estado por meio de editais, financiamentos e parcerias (Oliveira, 2018). Ainda que esse processo represente um avanço institucional, ampliando o espaço de atuação das organizações, o Estado frequentemente adota uma lógica de transferência de responsabilidades, delegando às OSCs a prestação de serviços para esse grupo populacional (Lopes, 2023). Essa dinâmica expõe a incapacidade do poder público de assegurar direitos básicos à população trans e travesti, deixando-a dependente da proatividade da sociedade

[12] Autora travesti e negra do livro “Transfeminismo” (2021) na Coleção Feminismos Plurais, coordenada por Djamila Ribeiro, é também pedagoga, mestre e doutora em Educação, além de professora na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Em suas pesquisas, a ativista social desenvolve cartografias que exploram as corporalidades transvestigêneres e/ou negras, a partir de perspectivas mestiças que dialogam com ideias decoloniais, feministas e com a filosofia da diferença (Nascimento, 2025).

civil para suprir lacunas estruturais que deveriam ser de responsabilidade estatal, como no âmbito educacional.

A ausência de políticas públicas eficazes reflete diretamente no cotidiano escolar. O despreparo de instituições de ensino para abordar adequadamente questões de gênero e sexualidade, aliado ao *bullying* e à transfobia presentes no ambiente escolar, resultam em altas taxas de evasão escolar entre a população trans, travesti e não binária (Muniz *et al*., 2025). Na pesquisa “Vivências reais de crianças e adolescentes transgêneres dentro do sistema educacional brasileiro” (2021), 77,5% das famílias relataram que sua criança/adolescente trans já foi vítima de *bullying* dentro da escola, sendo que 48,2% dos episódios de *bullying* transfóbico foram cometidos por pessoas adultas (profissionais das instituições educacionais ou familiares de estudantes) (Nunes, 2021). A opressão e a exclusão vivenciadas no ambiente escolar desencadeiam uma cascata de violações de direitos em pessoas trans e travestis, isto é, favorecem a evasão e o abandono escolar, dificultam o acesso ao mercado de trabalho e impactam diretamente o processo de construção identitária pela fragilização da autoestima (Xavier; Vianna, 2023).

Para a construção identitária de crianças e adolescentes trans e travestis, o apoio familiar é um elemento fundamental. No estudo de Barroso e colegas (2024), entre 237 participantes, 78,4% relataram terem se reconhecido como pessoas trans, travestis e não binárias até os 19 anos de idade, e 54,6% iniciaram a transição social nesse mesmo período. Nessa fase da vida, o suporte da família é decisivo para prevenir a evasão escolar e, consequentemente, reduzir as barreiras de acesso ao mercado de trabalho. Entretanto, estimativas da ANTRA apontam que mulheres trans e travestis são, em média, expulsas de casa aos 13 anos de idade pelos próprios pais, agravando a vulnerabilidade social desse grupo populacional (ANTRA, 2018).

Outro fator que contribui para a evasão escolar de crianças e adolescentes trans e travestis é o desrespeito ao uso do nome social no ambiente escolar. No Brasil, os Decretos n° 8.727/2016 e n° 10.977/2022, juntamente com a Portaria n° 1.820/2009 do Sistema Único de Saúde (SUS), asseguram o direito ao uso do nome social em instituições públicas, bem como sua inclusão em documentos de identificação (Brasil, 2009, 2016, 2022). No entanto, a implementação dessas normativas ainda é marcada por falhas, resultando em situações de constrangimento, desvalorização e violências simbólicas que tornam as instituições

administrativas, escolares e de saúde hostis à população trans e travesti, dificultando sua plena inserção social (Muniz *et al.,* 2025; Rocon *et al.*, 2016).

O acesso à retificação registral de nome e sexo/gênero foi facilitado a partir de 2018, quando a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu que a pessoa requerente poderia solicitar a alteração diretamente em cartório, sem necessidade de ação judicial, motivação específica ou apresentação de laudos médicos e cirúrgicos. Além de reduzir o desgaste financeiro e o tempo envolvidos no processo judicial, essa decisão contribuiu para diminuir a estigmatização e a patologização das identidades trans, reposicionando as questões trans em um paradigma de direitos. Contudo, apesar da simplificação do procedimento, ainda persistem entraves burocráticos e econômicos. São exigidos cerca de dezessete comprovantes e certidões (em versões originais e cópias) que devem ser apresentados em cartório. Esses custos, muitas vezes elevados, contrastam com a realidade de vulnerabilidade econômica e social da população trans e travesti, tornando-se uma barreira ao pleno exercício do direito assegurado (Bahia; Cunha, 2024; Muniz *et al.,* 2025).

A persistência da violência institucional e a incapacidade do Estado em garantir um ambiente escolar seguro e livre de discriminações para pessoas trans e travestis impõem à sociedade civil a tarefa de promover espaços educacionais inclusivos. Nesse contexto, uma das primeiras iniciativas a surgir no Brasil foi o cursinho preparatório TransENEM de Belo Horizonte, fundado em 2015 para ampliar o acesso de pessoas trans e travestis ao ensino superior. A proposta rapidamente ganhou força e se expandiu para outras regiões do país, chegando a Porto Alegre (RS) no mesmo ano, mantendo o nome: TransENEM Porto Alegre (hoje denominado Coletivo pela Educação Popular TransENEM POA). As aulas preparatórias, focadas no ENEM, começaram em 2016, com 21 estudantes inscritos/as/es. Ao longo do tempo, o projeto ampliou seu alcance para incluir também a preparação para o vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), reconhecendo que a conclusão do ensino médio não era uma realidade para todos/as/es estudantes (Itaqui, 2018). Atualmente, o Coletivo segue atuante, utilizando as dependências do Instituto Federal de Porto Alegre (IFRS – Campus Porto Alegre), e com uma mobilização ativa pela implementação de cotas para pessoas trans e travestis em universidades públicas.

No entanto, iniciativas locais como o TransENEM POA ainda alcançam uma parcela limitada da população trans e travesti, uma vez que estimativas apontam que pessoas trans e travestis representam apenas 0,3% do corpo estudantil no ensino superior (ANTRA, 2024). A dificuldade em concluir a educação básica e ingressar no ensino superior também se reflete como um entrave de acesso para pessoas trans e travestis ao mercado de trabalho formal. A ausência de políticas públicas afirmativas voltadas à empregabilidade, somada à discriminação em processos seletivos, às condições precárias de trabalho e à hostilidade nos ambientes laborais, resulta em taxas mais elevadas de desemprego, subemprego e informalidade quando comparadas à população cisgênera (Muniz *et al*., 2025). Mesmo em empregos formais, muitas pessoas trans e travestis evitam evidenciar sua identidade de gênero por medo de discriminação e de prejuízos nas relações de trabalho, o que pode agravar quadros de saúde mental, como ansiedade e depressão. Dessa forma, atividades informais em setores como a indústria do sexo, o *telemarketing* e a área da estética acabam se tornando as principais alternativas de sustento desse grupo populacional, o que também reforça a sua marginalização pela ausência ou fragilidade do vínculo empregatício e pelas condições de trabalho precárias (Muniz *et al.*, 2025).

Em âmbito nacional, iniciativas como o TransEmpregos desempenham um papel importante na promoção da empregabilidade e a inclusão profissional de pessoas trans e travestis. O projeto, fundado em 2013 por Maite Schneider, Laerte Coutinho, Márcia Rocha e Ana Carolina Borges, reúne milhares de currículos e divulga vagas de empresas parceiras, além de oferecer cursos e atividades de formação (TransEmpregos, 2025). Já em Porto Alegre (RS), foi promulgado, em setembro de 2025, o Projeto de Lei nº 082/2022, de autoria da vereadora Natasha Ferreira, primeira travesti a liderar uma bancada partidária na capital. A medida estabelece a reserva de 1% das vagas em concursos públicos municipais para pessoas trans e travestis, representando um passo histórico de reparação e um avanço significativo para a inclusão desse grupo em cargos públicos (Jardim, 2025).

Contudo, tanto iniciativas comunitárias quanto ações do poder público esbarram na escassez de dados oficiais sobre a população trans e travesti, o que limita o mapeamento das desigualdades e necessidades desse grupo populacional. Diante dessa lacuna, e assim como ocorre na promoção do acesso à educação e ao mercado de trabalho, torna-se necessário que o próprio movimento trans e travesti

assuma a tarefa de realizar o levantamento de dados sobre o perfil e as condições de vida de pessoas trans e travestis, a partir de uma dinâmica contra-pública, uma vez que instituições governamentais, como o IBGE, ainda não realizam a coleta de dados sobre a identidade de gênero da população (Agência IBGE, 2023; Coacci, 2018).

Entre os levantamentos sobre a população trans e travesti brasileira, destaca-se o "Mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo", realizado pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (2021). Com o objetivo de descrever o perfil sociodemográfico e as condições de vida dessa população residentes em São Paulo (SP), a pesquisa contou com 1.788 pessoas entrevistadas, configurando-se como um dos estudos de maior amostra já realizados no país sobre o tema. Os dados do mapeamento indicam a predominância de mulheres trans (48,0%), com uma população majoritariamente jovem (70,0% tinham entre 16 e 35 anos) e de pessoas negras (57,0%). Além disso, 51,0% das pessoas entrevistadas haviam concluído o ensino médio e, entre aquelas que tiveram renda no mês anterior, 83,0% recebiam até dois salários mínimos. Também chamam atenção o elevado percentual de pessoas que frequentavam regularmente algum serviço ou equipamento de saúde (84,0%) e o fato de 43,0% terem declarado já ter sofrido violência física em razão de sua identidade de gênero (CEDEC, 2021).

Há também investigações organizadas a partir de transidentidades específicas, que buscam traçar um panorama das demandas conforme as particularidades de cada grupo. Entre elas, destaca-se o estudo TransOdara, que investigou aspectos relacionados à saúde sexual de mulheres trans e travestis no Brasil (Veras *et al.*, 2024a), bem como os mapeamentos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), que reúnem dados sobre as condições de vida e saúde de pessoas transmasculinas no país. O mapeamento da saúde do IBRAT, publicado em 2024, identificou uma amostra predominantemente jovem (71,5% entre 18 e 30 anos), autodeclarada branca (60,6%) e com ingresso no ensino superior (69,7%); ainda assim, 40,1% apresentavam renda familiar de até um salário mínimo, sendo que as diferenças de renda também variaram segundo o quesito raça/cor, com maior vulnerabilidade entre pessoas transmasculinas pretas, pardas e indígenas. No campo da saúde, os resultados revelaram barreiras importantes de acesso: 63,7% não frequentavam regularmente serviços de saúde, 48,4% ainda não haviam acessado ambulatórios trans ou serviços especializados

em seu município, e 53,5% não contavam com acesso periódico ao atendimento ginecológico (IBRAT, 2024).

Em Porto Alegre (RS), os dados sociodemográficos da população trans e travesti existentes na literatura científica estão associados a serviços de saúde especializados para essa população. No município, os principais serviços de saúde voltados para pessoas trans e travestis são o Ambulatório Trans (com unidades nos bairros Centro e Restinga) da Prefeitura de Porto Alegre, o Ambulatório de Identidade de Gênero (AMIG) do Grupo Hospitalar Conceição (GHC) e o PROTIG do HCPA. Em estudo realizado por Thomazi e colegas (2024) com homens trans e transmasculinos vinculados ao Ambulatório Trans, a amostra de 418 participantes era composta em sua maioria por pessoas brancas (78,5%), com idade entre 20 e 29 anos (58,4%), com ensino médio completo (29,2%) e sem vínculo formal de trabalho (69,4%). Resultados semelhantes foram encontrados em um estudo conduzido por Araujo, Kopittke e Vicari (2024), no qual os dados foram coletados em dois ambulatórios de identidade de gênero da cidade, incluindo pessoas trans, travestis e não binárias. A amostra de 65 participantes era predominantemente branca (75,3%), com ensino médio completo (69,2%) e com renda entre um a três salários mínimos (44,6%). No entanto, é importante ressaltar que o perfil sociodemográfico descrito em estudos vinculados a serviços de saúde pode não refletir de maneira representativa a população trans e travesti, considerando que uma parcela significativa desse público enfrenta dificuldades relacionadas ao acesso a esses serviços devido à identidade de gênero, como o desrespeito ao nome social, a trans/travestifobia e a patologização da transexualidade/travestigeneridade por profissionais de saúde (Rocon *et al*., 2016).

Em seu livro “Transfeminismo”, Nascimento (2021) discute a patologização das identidades trans e travestis, destacando como as ciências médicas têm enquadrado as subjetividades trans e travestis como condições patológicas por meio de diagnósticos médico-psiquiátricos presentes na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM):

> É preciso denunciar que ambos os sistemas de classificação e diagnósticos historicamente têm transformado valores morais em um falso discurso científico com evidentes interesses de manutenção de uma ordem binária e cis-heteronormativa de gênero (Nascimento, 2021, p. 74).

Conforme discutido anteriormente sobre a perspectiva biologicista do conceito de fome, também se observam compreensões essencialistas acerca do conceito de gênero, nas quais a determinação de papéis sociais é fundamentada no sexo anatômico. Tal concepção naturalista permite que certos grupos, como as feministas radicais transexcludentes (*trans-exclusionary radical feminists* – TERFs), sustentem a ideia de que apenas corpos com vagina podem ser reconhecidos como mulheres, excluindo da luta feminista mulheres trans, travestis e outras expressões de mulheridades e feminilidades (Nascimento, 2021). A vinculação do gênero ao sexo anatômico também favorece a criação de parâmetros cisnormativos[13] para definir a transexualidade, baseando-se na ideia de que, para ser uma pessoa trans ou travesti, é necessário possuir o sentimento de repulsa ou desconforto com o seu órgão genital e/ou demais caracteres sexuais, desconsiderando as pessoas que não possuem relação de rejeição com suas corporalidades. Sendo assim, torna-se imprescindível a desessencialização do gênero e a retomada do conceito de autodeterminação para validação e valorização de experiências e narrativas produzidas por pessoas trans e travestis (Nascimento, 2021).

Outro conceito importante a ser abordado é o transfeminismo, uma corrente teórica e política vinculada ao feminismo. O transfeminismo propõe uma perspectiva diferente sobre o feminismo considerado padrão, superando a concepção homogênea e universal de mulher e promovendo a pluralização das sujeitas do feminismo. Há o entendimento de que as vivências e demandas das diferentes *performances* e expressões de mulheridades e feminilidades vão além dos limites impostos pela figura da “mulher original do feminismo”, a qual ocupa uma posição de superioridade e privilégio social. Em oposição às crenças das TERFs, o transfeminismo rejeita o essencialismo de gênero e abarca as experiências de mulheres trans e travestis nas *performances* de gênero femininas, as quais não necessariamente se entendem como mulheres. No entanto, a pluralidade proposta pelo transfeminismo gera embates tanto dentro quanto fora de outras vertentes feministas, frequentemente resultando na precarização e na desumanização de mulheres trans e travestis (Nascimento, 2021).

[13] Entende-se por cisnormatividade o regime que institui a cisgeneridade — isto é, a correspondência entre o gênero vivido e o sexo imposto ao nascimento — como norma universal e implícita a partir da qual todas as demais experiências de gênero são patologizadas ou invisibilizadas. Esse conjunto de normas, práticas e instituições que sustentam e reproduzem tal regime pode ser compreendido como um cis-tema (sistema): uma ordem estrutural que não apenas privilegia pessoas cisgêneras, mas produz ativamente a abjeção de corpos e identidades que escapam à sua lógica binária.

É importante destacar que não há uma concepção universal sobre o transfeminismo. No Brasil, diversas pessoas trans têm impulsionado e contribuído para a visibilização do pensamento crítico transfeminista (Peçanha; Jesus; Monteiro, 2023). Para Letícia Nascimento, como citado anteriormente, o transfeminismo implica a ampliação das sujeitas do feminismo, abarcando “pessoas que vivenciam as opressões de gênero (cis)sexistas e que se revindicam dentro de uma performance de gênero de mulheridades e/ou feminilidades” (Nascimento, 2021, p. 37). Outras autorias, contudo, argumentam que a pluralização do transfeminismo não se limita à expansão do conceito de “mulher”, propondo o transfeminismo (ou feminismo transgênero) “tanto como uma filosofia quanto como uma práxis acerca das identidades transgênero que visa a transformação dos feminismos” (Jesus; Alves, 2012, p. 14) e “comprometido não apenas com a ‘coerência e coalizão’ mas sim com a transformação, com o desmantelamento do cistema e seus eixos de opressões” (Moura, 2021, p. 115). Nessa perspectiva, é importante ressaltar o papel e o protagonismo de homens trans e pessoas transmasculinas em pautas transfeministas, como saúde menstrual, gestação, amamentação, aborto legal, violência obstétrica, saúde sexual e justiça (não) reprodutiva, entre outras (Peçanha; Jesus; Monteiro, 2023; Moura, 2021). Dessa forma, em consonância com Peçanha e colegas (2023), adota-se a noção de transfeminismos, no plural, para ressaltar a diversidade do movimento e suas narrativas interseccionais.

Assim, ao adotar uma perspectiva transfeminista e transativista na elaboração deste trabalho, nos posicionamos como aliados de uma práxis revolucionária no combate ao sexismo e à transfobia e travestifobia. A partir desse compromisso ético, assumimos nossa posição de privilégio enquanto pessoas cisgêneras para realizar uma produção teórica e política que vise à amplificação das vozes de pessoas trans e travestis, destacando suas vivências e demandas enquanto comunidade.

Em síntese, percebe-se que o movimento trans e travesti em Porto Alegre (RS) vem sendo construído desde a década de 1980, com avanços significativos nesse período, impulsionados pela ampliação das demandas relacionadas à luta por direitos humanos (Oliveira, 2018). Contudo, ainda persiste uma escassez de dados sobre a realidade de pessoas trans e travestis, tanto no município quanto em âmbito nacional. Além disso, ao retomar o objeto de estudo deste trabalho, observa-se o apagamento de discussões que envolvem tanto a fome quanto as transexualidades e travestigeneridades. Em “Geografia da fome” (1946), Josué de Castro afirma que

as imposições da alma e da cultura tornaram a fome e o sexo assuntos indignos de serem abordados (Castro, 2022). Com o devido respeito à obra de Castro e para evitar o anacronismo que 60 anos entre a publicação do seu livro e a apresentação desta pesquisa pode causar, permito-me incluir também o gênero como um tema tabu em nossa sociedade, geralmente analisado por um prisma moral e cisheteronormativo, que carece com urgência da inclusão de perspectivas das subjetividades trans e travestis.

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Contribuir para a formulação da situação-problema da fome e da insegurança alimentar da população trans e travesti em Porto Alegre (RS).

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar a população trans e travesti de Porto Alegre (RS) a partir de dados sociodemográficos.
- Estimar a prevalência de insegurança alimentar na população trans e travesti de Porto Alegre (RS).
- Verificar possíveis associações entre a prevalência de insegurança alimentar e os dados sociodemográficos da população trans e travesti de Porto Alegre (RS).
- Descrever as constituições subjetivas da população trans e travesti de Porto Alegre (RS) sobre suas vivências e de sua comunidade em relação à fome e à insegurança alimentar.
- Discutir os resultados a partir da lente analítica do conceito de fome proposto por Josué de Castro.

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante da complexidade dos objetos de pesquisa e visando ao cumprimento do objetivo geral da pesquisa, a presente Dissertação adotou uma estratégia quali-quantitativa, conduzida em duas etapas no município de Porto Alegre (RS). A primeira etapa, de abordagem quantitativa, possibilitou a caracterização da população em estudo a partir de dados sociodemográficos, da estimativa da prevalência de insegurança alimentar e da identificação de associações entre as exposições e o desfecho investigado. A segunda etapa, de abordagem qualitativa, explorou as dimensões subjetivas das vivências individuais e comunitárias relacionadas à fome e à insegurança alimentar da população em estudo, permitindo a interpretação e a discussão dos achados à luz do conceito de fome proposto por Josué de Castro.

Em relação aos aspectos éticos, o presente estudo está em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012), que trata sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e com a Lei Geral de Proteção de Dados (Brasil, 2018), garantindo a proteção e o sigilo das informações coletadas. O projeto de pesquisa foi aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRGS (Parecer nº 7.621.656, CAAE nº 87276625.5.1001.5347) e do GHC (Parecer nº 7.703.249, CAAE nº 87276625.5.2001.5530).

Para garantia do retorno das informações oriundas deste trabalho à comunidade, os resultados da Dissertação serão divulgados por meio da defesa pública de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGCol), da disponibilização do texto no LUME (repositório digital da UFRGS) e da elaboração e submissão de artigo científico a periódico qualificado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em conformidade com o regimento interno do Programa. Além disso, conforme prática recomendada por Gomes (2022), os resultados do estudo serão compartilhados com as pessoas participantes que manifestaram interesse em acessá-los. Cabe ainda registrar que os resultados preliminares da etapa quantitativa foram apresentados, em março de 2026, à equipe de profissionais do AMIG, local onde foi realizada a coleta de dados.

7.1 ETAPA QUANTITATIVA

7.1.1 Delineamento e população em estudo

A etapa quantitativa consistiu em um estudo observacional de delineamento transversal, cujo relato seguiu as recomendações da iniciativa STROBE (von Elm *et al.*, 2008). A população-alvo do estudo foram pessoas adultas com identidade de gênero trans ou travesti e em acompanhamento em qualquer especialidade no AMIG[14] do GHC, um serviço complementar à Atenção Primária à Saúde (APS), destinado ao atendimento de pessoas trans, travestis e não binárias, cujo objetivo é oferecer um atendimento equânime e integral, promovendo a autonomia e a despatologização de identidades trans. Para a inclusão no estudo, era necessário ter idade igual ou acima de 18 anos, identificar-se como pessoa trans ou travesti e possuir vínculo com o AMIG. O aspecto de residir em Porto Alegre (RS) não foi adotado como critério de inclusão, uma vez que o AMIG possui abrangência federal. Assim, embora esteja localizado em Porto Alegre (RS), os serviços ofertados, como atendimentos individuais, grupos de convivência, orientação e prescrição da hormonização, testes rápidos para IST, coleta de citopatológico, acupuntura, entre outros, são disponibilizados para pessoas trans, travestis e não binárias sem restrição quanto ao local de residência. O estudo não adotou critérios de exclusão.

Para o cálculo de tamanho de amostra, foram necessárias ponderações em relação ao referencial teórico utilizado para definição da prevalência esperada do desfecho. Devido à escassez de dados sobre a prevalência de insegurança alimentar na população trans e travesti de Porto Alegre (RS) e às limitações de estudos semelhantes realizados em outras localidades do Brasil, como pequeno tamanho amostral e amostragem não probabilística (Gois *et al.*, 2024; Gomes, 2022), optou-se por utilizar a prevalência de IA da população em geral, sem distinção por identidade de gênero. Na literatura, não há dados oficiais e recentes de IA que sejam específicos para o município de Porto Alegre (RS), onde a pesquisa foi realizada, por isso foi feita a escolha por um dado mais abrangente. Assim, a estimativa foi baseada na prevalência de 18,7% de IA no Rio Grande do Sul,

[14] Vinculado ao GHC, instituição que atua exclusivamente pelo SUS, o serviço foi inaugurado em 2021 a partir de um projeto piloto desenvolvido por residentes multiprofissionais. Atualmente, está situado na Zona Norte de Porto Alegre (RS), no bairro Vila Ipiranga. A equipe do AMIG é composta por profissionais do serviço social, da enfermagem, da nutrição, da psicologia, da terapia ocupacional e da medicina, além de residentes dos programas de Saúde da Família e Comunidade e Saúde Mental (GHC, 2024).

conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2023 (IBGE, 2025). Trata-se de uma estimativa recente, proveniente de uma instituição pública, com amostragem probabilística e representativa da população.

A determinação do tamanho amostral foi realizada no *software* WinPepi, utilizando a seguinte fórmula padrão para estudos transversais:

$$n = \frac{p(1-p)Z^2}{E^2}$$

Onde *n* é o tamanho da amostra; *Z* é o valor da distribuição normal para determinado nível de confiança (para 95%, *Z* = 1,96); *p* é a prevalência esperada do desfecho de interesse (18,7%, ou 0,187); e *E* refere-se ao tamanho do intervalo de confiança (neste caso, cinco pontos percentuais ou 0,05) (Agranonik; Hirakata, 2011). O cálculo resultou em um valor arredondado de 234 pessoas participantes, com um intervalo de confiança de 95% e margem de erro de 5%.

7.1.2 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada no AMIG entre julho e novembro de 2025. Foi realizada amostragem por conveniência, com abordagem das potenciais pessoas participantes na sala de espera do serviço de saúde. A abordagem foi realizada em turnos variados, conforme o horário de funcionamento do AMIG (de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, com horário estendido até as 21h nas terças e quintas-feiras). Como estratégia de recrutamento, a pesquisa foi divulgada através de cartazes e fôlderes afixados nas dependências do AMIG, assim como pelas redes sociais do serviço de saúde (Instagram e WhatsApp da Meta®). Após o convite para participação no estudo, e em caso de aceite, as pessoas participantes eram encaminhadas para a realização da coleta de dados dentro da própria instituição. A coleta de dados foi de responsabilidade exclusiva da equipe de pesquisa do estudo. Cada participante recebeu uma via assinada do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), que contém informações detalhadas sobre os objetivos e a justificativa do estudo, os procedimentos de coleta de dados e a garantia de seus direitos, incluindo anonimato e privacidade, assistência em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa, ressarcimento em caso de eventuais despesas decorrentes da participação na pesquisa e possibilidade de desistência da participação no estudo a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de prejuízo ou penalização. Não houve qualquer custo à pessoa

participante decorrente de sua participação na pesquisa. A pertinência da metodologia científica do projeto e o interesse do GHC na realização da pesquisa foram avaliados pela Comissão de Consultoria Científica do GHC, à qual o AMIG está vinculado, que emitiu parecer favorável previamente à realização da pesquisa (Projeto nº 25017; *Workflow* nº 4283769).

7.1.3 Instrumentos de pesquisa

Os instrumentos aplicados na pesquisa incluíram um questionário com variáveis socioeconômicas e demográficas, além da EBIA, em sua versão reduzida de oito questões (Brasil, 2014) (Anexo A). Na versão original da escala, as seis questões não incluídas nesta pesquisa referem-se especificamente a domicílios com pessoas menores de 18 anos. Ressalta-se, contudo, que a versão reduzida de oito questões apresenta adequação metodológica e validade para aplicação também em domicílios com crianças e adolescentes (Interlenghi *et al.*, 2018).

O questionário sociodemográfico foi elaborado pela própria equipe de pesquisa visando à caracterização da amostra. Dessa forma, o instrumento incluiu informações como cidade de residência, idade, identidade de gênero, orientação sexual, cor da pele ou raça, nível de escolaridade, estado civil, situação habitacional, número de residentes no domicílio, situação laboral, renda média individual e renda média familiar nos últimos três meses (utilizando categorização baseada no salário mínimo vigente em 2025), origens da renda, dificuldade de acesso a estabelecimentos de alimentação devido à identidade de gênero, uso de estratégias em situações de escassez financeira para aquisição de alimentos e acesso a equipamentos de segurança alimentar e nutricional (como cozinhas comunitárias e restaurantes populares) (Apêndice B).

Para a avaliação da prevalência de insegurança alimentar, utilizou-se a EBIA. Na aplicação do instrumento, cada questão recebeu uma pontuação de acordo com a resposta marcada, sendo a negativa (“não”) equivalente a zero ponto e a afirmativa (“sim”) a um ponto. O escore mínimo é de zero ponto e o máximo é de oito pontos. A pontuação total foi classificada em segurança alimentar (0 ponto), insegurança alimentar leve (1 a 3 pontos), insegurança alimentar moderada (4 a 5 pontos) e insegurança alimentar grave (6 a 8 pontos).

7.1.4 Análise de dados

Os dados coletados através dos questionários foram registrados em planilha Excel® e, posteriormente, tratados utilizando o R Statistical Software (v4.2.2; R Core Team 2024). Inicialmente, foi realizada uma análise exploratória dos dados para identificação de inconsistências, valores ausentes e *outliers*. Variáveis categóricas foram recodificadas e, quando necessário, agrupadas para assegurar adequação estatística, considerando o tamanho das células e a interpretabilidade dos resultados. A descrição detalhada das variáveis utilizadas encontra-se no Apêndice C.

A caracterização da amostra foi realizada por meio de estatística descritiva. Variáveis categóricas foram apresentadas em frequências absolutas e relativas (percentuais). O escore da EBIA foi analisado tanto como variável contínua (média ± desvio padrão) quanto como variável categórica (classificação em segurança alimentar, insegurança alimentar leve, moderada e grave). A prevalência de IA foi calculada como a proporção de participantes com escore da EBIA igual ou acima a um ponto, com intervalo de confiança de 95%. As características socioeconômicas e demográficas foram estratificadas segundo a presença ou ausência de IA, permitindo a comparação descritiva entre os grupos (Tabela 1). Adicionalmente, a distribuição da renda própria foi apresentada segundo raça/cor (Tabela 2).

Para as análises de regressão, algumas variáveis categóricas foram agrupadas visando aumentar o poder estatístico e evitar células com frequências muito baixas. Na análise descritiva (Tabela 1), as variáveis foram apresentadas em suas categorias originais para maior detalhamento (exceto “Raça/cor”), enquanto as análises apresentadas nas Tabelas 2, 3 e 4 utilizaram as versões agrupadas descritas a seguir:

- Faixa etária: as categorias “40 a 44 anos” e “45 anos ou mais”, apresentadas separadamente na análise descritiva, foram reunidas em “40 anos ou mais” nas análises de regressão, em razão do reduzido número de observações.
- Orientação sexual: as categorias "Assexual" e "Outra" foram agrupadas em "Outra", mantendo separadas as categorias “Heterossexual”, “Gay”, “Lésbica”, “Bissexual” e “Pansexual”.

- Raça/cor: pessoas autodeclaradas pretas e pardas foram agrupadas na categoria "Negra". As categorias “Amarela” e “Não declarado” foram excluídas das análises de regressão devido ao número reduzido de observações.
- Escolaridade: as sete categorias originais foram recodificadas em quatro níveis – “Ensino fundamental (incompleto e completo)”, “Ensino médio (incompleto e completo)”, “Ensino superior (incompleto e completo)” e “Pós-graduação”.
- Estado civil: a categoria “Separado/a/e ou divorciado/a/e” (n = 3) foi excluída das análises de regressão, uma vez que todas as pessoas nessa condição apresentaram insegurança alimentar, condição que impede a estimação do coeficiente. As análises referentes a essa variável contemplam 237 pessoas participantes.
- Município de residência: foi criada variável dicotômica comparando pessoas residentes em “Porto Alegre” vs. “Demais municípios” (Região Metropolitana de Porto Alegre e outros municípios).
- Situação habitacional: categorias com baixa frequência (“Cedida”, “Abrigo/hospedaria” e “Outra”) foram agrupadas em "Outra", mantendo separadas as categorias "Própria" e "Alugada".
- Origem da renda própria: na análise descritiva (Tabela 1), as origens de renda foram apresentadas como variáveis binárias não mutuamente exclusivas, uma vez que as pessoas participantes poderiam ter múltiplas fontes de renda. Para as análises de regressão, foi criada uma variável categórica agrupando as origens de renda em: (1) Vínculo celetista/estatutário; (2) Trabalho informal/Pessoa jurídica (PJ); (3) Estágio remunerado ou bolsa estudantil; (4) Benefícios sociais e previdenciários/apoio familiar. Pessoas participantes com múltiplas fontes de renda foram classificadas na primeira categoria aplicável seguindo a ordem acima (priorização por origens de renda mais estáveis e menos precarizadas).
- Valor da renda própria e familiar: as categorias originais foram agrupadas mantendo as faixas ≤ 1 salário mínimo (SM), 1 a ≤ 2 SM, 2 a ≤ 3 SM e 3 a ≤ 4 SM, e reunindo todas as rendas > 4 SM em uma única categoria. As pessoas participantes que informaram possuir renda familiar, mas não declararam o valor correspondente (n = 27), foram mantidas em categoria própria, denominada “Não relatado”.

Para investigar associações entre as variáveis independentes e o desfecho, foram conduzidas análises de regressão univariadas. O desfecho foi analisado de duas formas:

1. Desfecho binário: presença (EBIA ≥ 1) vs. ausência (EBIA = 0) de IA, utilizando modelos de regressão logística, com resultados expressos em *odds ratios* (OR) e respectivos intervalos de confiança de 95% (IC95%) (Tabela 3).
2. Desfecho contínuo: pontuação total na escala (0 a 8 pontos), utilizando modelos de regressão linear simples, com resultados apresentados como coeficientes *beta* (β) e IC95%, representando a diferença média no escore entre categorias (Tabela 4). As suposições dos modelos lineares foram verificadas para cada regressão estimada, avaliando-se a normalidade dos resíduos pelo teste de Shapiro-Wilk e a homocedasticidade pelo teste de Breusch-Pagan. Cabe esclarecer que a regressão linear não pressupõe normalidade da variável desfecho, e sim dos resíduos, suposição requerida sobretudo para inferência em amostras de pequeno porte; com o tamanho amostral do presente estudo, as estimativas dos coeficientes permanecem não enviesadas e a inferência é assintoticamente válida.

A escolha por análises univariadas, sem a estimação de modelos multivariáveis, fundamentou-se no caráter exploratório e descritivo da etapa quantitativa. As análises buscaram identificar potenciais fatores associados à IA, a fim de subsidiar a discussão sobre os determinantes sociais da saúde na população estudada, sem a pretensão de estimar efeitos independentes ou estabelecer relações causais. Além disso, conforme o referencial adotado nesta Dissertação, a transfobia contribui para a IA por meio de seus efeitos em diversos âmbitos sociais, como escolaridade, inserção e permanência no mercado de trabalho e acesso a direitos básicos. Nessa perspectiva, renda, escolaridade e situação laboral constituem elos da cadeia investigada, e não fatores de confusão a serem controlados. O ajuste para essas variáveis poderia, portanto, remover das estimativas justamente parte dos mecanismos que se pretende descrever. A opção metodológica também considerou as limitações impostas pela distribuição da amostra: o menor grupo do desfecho é composto por 75 pessoas em situação de segurança alimentar, e diversos subgrupos apresentam frequências reduzidas, o que

limita o número de parâmetros passíveis de estimação com estabilidade e desaconselha o emprego de modelos com múltiplas variáveis simultâneas.

As associações foram consideradas estatisticamente significativas quando o *p*-valor foi inferior a 0,05. Valores de OR > 1 ou $\beta > 0$ indicaram maior chance/maior gravidade de IA, enquanto OR < 1 ou $\beta < 0$ indicaram associação com menor chance/menor gravidade de IA. O nível de significância adotado foi de 5% ($\alpha = 0,05$). Cabe esclarecer que a *odds ratio* (OR) foi adotada como medida de associação para o desfecho dicotômico por ser diretamente estimada pelos modelos de regressão logística e amplamente empregada na literatura epidemiológica. Essa medida, contudo, não equivale à razão de prevalência.

7.2 ETAPA QUALITATIVA

7.2.1 Delineamento e população em estudo

A segunda etapa da pesquisa foi conduzida através de um estudo de abordagem qualitativa, que visa compreender um determinado fenômeno com base em sua dimensão sociocultural, explorando crenças, valores, representações, formas de relação, comportamentos, práticas, entre outros (Minayo, 2017). Dessa forma, considerando como objeto de estudo o fenômeno da fome e da insegurança alimentar na população trans e travesti, entende-se que:

> A natureza subjetiva das pesquisas de percepção da insegurança alimentar permite captar a sensação de privação relatada pelos sujeitos, mesmo quando não existe a redução na ingestão de nutrientes, além de considerar a complexidade das experiências pessoais, a influência do meio social e a posição relativa de cada indivíduo na sociedade (Serenini *et al*., 2023, p. 3)

A população-alvo do estudo foram pessoas adultas com identidade de gênero trans ou travesti e residentes em Porto Alegre (RS). A amostragem foi realizada por meio da estratégia bola de neve, na qual pessoas foram convidadas, mediante carta-convite (Apêndice D), a integrar — caso pertencessem à população-alvo — e/ou divulgar o estudo — caso fossem pessoas cis em contato com pessoas trans e travestis do município. Dessa forma, houve a criação de cadeias de referência, em que as pessoas informantes-chave replicaram o convite a seus pares ou indicaram potenciais pessoas participantes ao estudo. A carta-convite também foi divulgada por meio das redes sociais da equipe de pesquisa (Instagram e WhatsApp da Meta®), contando ainda com o apoio para divulgação nas redes sociais de serviços como o Ambulatório Trans, o AMIG e o TransENEM. Destaca-se o apoio do

TransENEM, que viabilizou a participação da pesquisadora em uma de suas aulas presenciais para a divulgação da pesquisa a discentes. Adicionalmente, solicitou-se, por *e-mail*, apoio à divulgação da pesquisa às Comissões de Graduação e de Pós-Graduação da UFRGS. De forma complementar, realizou-se contato por *e-mail* com serviços de atendimento à população em situação de rua de Porto Alegre, considerando que a estratégia de recrutamento adotada poderia não alcançar esse público. Contudo, não houve retorno por parte dos serviços contatados.

Na abordagem qualitativa, há a compreensão de que as amostras não devem ser definidas pela quantidade e que estabelecer a *priori* um número de pessoas entrevistadas de forma abstrata poderia ser problemático. Priorizou-se a abrangência dos atores sociais e a capacidade das pessoas selecionadas e de suas características de atenderem aos objetivos do estudo (Minayo, 2017). Sendo assim, o tamanho da amostra foi determinado pelo critério de saturação, encerrando o recrutamento de participantes quando as entrevistas adicionais não forneceram novos esclarecimentos sobre o objeto de estudo (Minayo, 2017).

7.2.2 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada entre junho e setembro de 2025. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, guiadas por um roteiro previamente elaborado contendo 16 questões sobre as constituições subjetivas das pessoas participantes em relação às suas vivências e de sua comunidade acerca da fome e da insegurança alimentar, com espaço para novos questionamentos ao longo da entrevista (Apêndice E). As entrevistas foram realizadas em data, horário e local previamente acordados com cada participante, ocorrendo de forma presencial ou virtual, por meio do aplicativo Google Meet®. Nas entrevistas presenciais realizadas, quando ocorreram, as despesas de deslocamento do/a/e participante foram ressarcidas. Antes do início de cada entrevista, foi apresentado o TCLE, com a retomada dos objetivos do estudo, a explicação da dinâmica da entrevista, com duração estimada entre 30 e 60 minutos, e solicitação da autorização para a gravação do áudio. Mediante consentimento prévio do/a/e participante, as entrevistas tiveram o áudio gravado e, posteriormente, transcrito na íntegra pela equipe de pesquisa, com auxílio de *software* de transcrição automática (Tactiq®). As transcrições foram revisadas, corrigidas e validadas integralmente pela equipe de

pesquisa. Após a transcrição, o conteúdo da entrevista foi encaminhado para leitura e validação do/a/e participante, com a possibilidade de solicitação de ajustes de redação ou retirada de trechos.

Cada pessoa participante recebeu uma via assinada do TCLE, contendo informações detalhadas sobre os objetivos e a justificativa do estudo, os procedimentos de coleta de dados e a garantia de seus direitos, incluindo anonimato e privacidade, assistência em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa, ressarcimento em caso de eventuais despesas decorrentes da participação na pesquisa e possibilidade de desistência da participação no estudo a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de prejuízo ou penalização (Apêndice F).

7.2.3 Análise de dados

Para a análise de dados, foi utilizado o método hermenêutico-dialético, no qual a fala, os relatos e as observações dos atores sociais são situados em seu contexto histórico e sociocultural, buscando sua melhor compreensão (Minayo, 2002). Para operacionalização dos dados, foram realizadas as seguintes etapas (Minayo, 2002; Alencar; Nascimento; Alencar, 2012):

1. Ordenação (ou organização) dos dados: consistiu no mapeamento dos dados obtidos do trabalho, a partir da transcrição das entrevistas, seguido da leitura e da organização dos relatos. O processo de organização das informações para a posterior categorização dos dados foi livremente inspirado na árvore descritiva de problemas do momento explicativo do Planejamento Estratégico Situacional (PES), conforme proposto por Carlos Matus (1993).
2. Classificação dos dados: a partir da leitura exaustiva e repetida dos textos, foi realizada a classificação dos dados, identificando convergências e divergências entre os discursos das pessoas entrevistadas. Com base nessa sistematização, foram elaboradas categorias analíticas por aproximação de ideias centrais relacionadas ao objeto de estudo, tais como “definições do conceito de fome” e “vivências de fome e de insegurança alimentar e nutricional”, bem como aspectos correlatos que atravessam o tema, tais como “empregabilidade e mercado de trabalho para pessoas trans e travestis” e “relações familiares e rede de apoio”.

3. Análise final: realizou-se por meio da triangulação entre os dados empíricos e os referenciais teóricos da pesquisa, estabelecendo relações entre a teoria e a prática.

8 CONCLUSÃO

O presente estudo investigou a fome e a insegurança alimentar entre pessoas trans e travestis de Porto Alegre (RS), no período de junho a novembro de 2025, por meio de uma abordagem metodológica mista. A combinação dessas duas perspectivas permitiu não apenas dimensionar a magnitude do problema, mas também compreender os sentidos que lhe são atribuídos pela população estudada, conferindo à pesquisa uma densidade analítica que dificilmente seria alcançada por cada etapa de forma isolada.

Ao retomarmos a pergunta norteadora do trabalho — “qual é a situação-problema da fome e da insegurança alimentar na população trans e travesti de Porto Alegre (RS)?” —, foi possível identificar um cenário alimentar alarmante no contexto investigado. Os dados quantitativos evidenciaram a elevada prevalência de IA na amostra estudada, atingindo 68,7% das pessoas participantes, das quais 37,1% estavam em IA leve, 15,0% em IA moderada e 16,6% em IA grave. Esse achado converge com outros estudos brasileiros realizados com a população trans e travesti, que também identificaram elevada vulnerabilidade desse grupo à IA (Gomes, 2022; Gois *et al.*, 2024). Além disso, a IA apresentou associação estatisticamente significativa com fatores como orientação sexual, situação habitacional, renda própria e familiar, dificuldade de acesso a estabelecimentos de alimentação devido à identidade de gênero e uso de estratégias para aquisição de alimentos em situações de escassez financeira. Tais achados indicam que a vulnerabilidade à IA não se distribui de forma homogênea dentro da população trans e travesti, mas é atravessada por diferentes marcadores sociais que podem intensificar ou atenuar o risco de vivenciar a fome.

Os dados da etapa quantitativa também possibilitaram caracterizar o perfil socioeconômico e demográfico das pessoas acompanhadas no AMIG, serviço especializado no atendimento à população trans e travesti. A amostra foi composta majoritariamente por pessoas jovens, com predomínio da faixa etária de 18 a 24 anos (52,9%), autodeclaradas brancas (70,4%), com maior representação de homens trans (41,7%) e pessoas bissexuais (37,5%). Em relação às demais características, observou-se maior frequência de pessoas participantes com ensino médio completo (37,1%), solteiras (90,0%), residentes em moradia própria (51,7%), com renda entre um e dois salários mínimos (43,3%) e inseridas no mercado de

trabalho por meio de vínculo celetista (47,9%). Esses dados somam-se a outros estudos e mapeamentos que têm buscado caracterizar a população trans e travesti no Brasil, contribuindo para fundamentar, de forma mais consistente, as necessidades e demandas desse grupo populacional. Ainda assim, o acúmulo dessas produções não substitui a necessidade de levantamentos oficiais e sistemáticos sobre as condições de vida e saúde dessa população, capazes de orientar políticas públicas mais adequadas às suas realidades. Conforme abordado na introdução deste estudo, desde 2023 circulam notícias sobre a inclusão de questões relacionadas à identidade de gênero nos levantamentos realizados pelo IBGE (Agência IBGE, 2023; Agência Senado, 2023). No entanto, passados três anos, os resultados dessa investigação ainda não foram divulgados, mantendo a lacuna de dados oficiais sobre população trans e travesti.

A etapa qualitativa do estudo permitiu aprofundar os achados quantitativos, explorando suas nuances e ampliando a compreensão sobre a fome e a IA a partir das experiências narradas pelas pessoas entrevistadas. As duas primeiras categorias centrais, voltadas à conceituação da fome e da IA, evidenciaram a complexidade do fenômeno ao articular dimensões individuais e coletivas, bem como manifestações biológicas e sociais. Enquanto a fome foi descrita de forma mais heterogênea, ora como sensação fisiológica, ora como expressão de exclusão e desigualdade, a IA apareceu com maior convergência conceitual entre as pessoas participantes, possivelmente por se tratar de uma noção mais teórica e menos diretamente associada à nomeação de vivências concretas de privação alimentar. As demais categorias — relacionadas ao acesso aos serviços de saúde e educação, às relações familiares e redes de apoio, à empregabilidade e ao mercado de trabalho, às políticas públicas e cidadania, bem como ao acesso a espaços e serviços públicos — operaram como causas do problema investigado, permitindo analisar sua dimensão explicativa. Elas revelaram que a fome vivenciada por pessoas trans e travestis ultrapassa a privação de alimentos, demonstrando como a negação de direitos fundamentais compromete não apenas a sobrevivência, mas também a autonomia e a dignidade dessa população.

A análise das entrevistas ajudou a tornar visível como a fome se constrói no dia a dia de pessoas trans e travestis. Os relatos mostraram que esse processo não decorre de um único fator, mas da sobreposição de obstáculos que atravessam diferentes esferas da vida social e que, ao se combinarem, aumentam a exposição à

fome e à IA. Ao mesmo tempo, as narrativas não se limitaram apenas à denúncia de violações de direitos. Elas também mostraram formas de resistência, estratégias de enfrentamento e possibilidades de mudança. Nesse sentido, a discussão permitiu problematizar a responsabilidade do Estado na garantia de direitos básicos e na formulação de políticas públicas capazes de responder às necessidades específicas dessa população, especialmente diante de um cenário ainda marcado pelo descaso e pela invisibilidade. Também foi possível reconhecer a importância das redes comunitárias como formas de apoio e proteção frente à exclusão, bem como destacar experiências positivas relatadas pelas pessoas participantes, que apontam para a construção de vínculos, cuidado e pertencimento.

A articulação entre as duas etapas permite afirmar que a fome, nessa população, possui um caráter socialmente produzido, ou seja, trata-se de uma manifestação da transfobia estrutural. Como já apontava Josué de Castro, a fome não é um fenômeno natural, mas o resultado de escolhas políticas, econômicas e sociais. No contexto das pessoas trans e travestis, a marginalização imposta pela transfobia atravessa múltiplas dimensões da vida (educação, trabalho, moradia, apoio familiar, saúde e espaços de convivência), produzindo vulnerabilidades que se convertem em experiências de fome. Além disso, os achados permitiram identificar o caráter endêmico da fome entre pessoas trans e travestis de Porto Alegre (RS), evidenciando restrições alimentares persistentes e cotidianas. A interlocução com o pensamento de Josué de Castro, nesse sentido, demonstrou a atualidade de sua conceituação de fome e sua relevância para compreender dimensões do fenômeno que uma abordagem estritamente biologicista não alcança. Ao situar a fome como manifestação biológica de problemas sociais, sua perspectiva amplia a análise para além da ausência de alimentos, permitindo compreender as condições estruturais que produzem e sustentam esse problema.

Os achados reforçam a urgência de políticas públicas direcionadas à população trans e travesti capazes de garantir direitos básicos e de enfrentar a transfobia em suas múltiplas expressões. Evidencia-se, também, a importância de investimentos, por parte de órgãos governamentais, na produção de dados oficiais sobre as condições de vida dessa população, de modo a subsidiar diagnósticos situacionais mais precisos e a formulação de ações mais efetivas. Além disso, são necessários novos estudos que ampliem o conhecimento sobre o tema em diferentes contextos, com especial atenção à população trans e travesti em situação

de rua, uma vez que esse grupo não foi contemplado na presente pesquisa, o que constitui uma limitação do estudo. Outro aspecto não contemplado na coleta de dados refere-se ao processo migratório de pessoas trans e travestis. Embora o instrumento utilizado tenha investigado o local de residência atual, não foram coletadas informações sobre eventuais mudanças de município ou região ao longo da trajetória de vida das pessoas participantes. Essa lacuna é relevante na medida em que a fragilidade do apoio familiar e a necessidade de buscar meios de subsistência podem favorecer processos migratórios, assim como a maior disponibilidade de serviços de saúde especializados para essa população nas capitais e regiões metropolitanas pode representar um elemento de estímulo à mobilidade dessa população. A ausência desses dados limita a compreensão sobre a possível relação entre mobilidade territorial, redes de apoio e acesso aos serviços de saúde, de modo que se sugere que estudos futuros aprofundem essa abordagem.

É importante destacar alguns cuidados adotados ao longo da elaboração do presente estudo. Nos materiais de divulgação, nos TCLE e na própria Dissertação, buscamos utilizar linguagem neutra ou não binária, evitando a marcação exclusiva no feminino ou no masculino. Considerando que a pesquisa foi conduzida por pessoas cisgêneras e teve como população-alvo pessoas com identidade de gênero trans ou travesti, reconhecemos a importância da participação de pesquisadores/as/ies trans e travestis na construção da pesquisa. Nesse sentido, houve tentativas de inclusão de pessoas pertencentes a esse grupo na equipe de produção do estudo, o que, contudo, não foi possível em razão de limitações de disponibilidade e agenda. Como forma de atenuar essa limitação, foi contratada uma leitura sensível realizada por uma pessoa trans, com o objetivo de revisar e adequar o texto da Dissertação, reduzindo riscos de inadequações terminológicas, reprodução de violências simbólicas ou formas de desrespeito às identidades das pessoas envolvidas. Além disso, pretende-se convidar pessoas trans e travestis para colaborar nos possíveis produtos derivados desta Dissertação, como artigos científicos e demais materiais de divulgação dos resultados.

Por fim, esperamos que esta pesquisa possa contribuir para qualificar o debate sobre os direitos da população trans e travesti em Porto Alegre (RS) e no Brasil, oferecendo subsídios para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas comprometidas com a equidade e com a redução das desigualdades. Além

disso, este estudo busca estimular a produção de conhecimento sobre a população trans e travesti, conferindo maior visibilidade às suas realidades, trajetórias e perspectivas. Como pessoas cisgêneras, temos o compromisso de apoiar a promoção da igualdade e a luta por direitos dessa população, contribuindo para a amplificação de suas vozes. Como expressa Caê (homem trans, 22 anos):

> *É muito bom ver que as pessoas nos visualizam. Independente se é uma pequena porcentagem, mas que é bom que a gente tem essas pessoas que visualizam a gente, os nossos direitos, as nossas necessidades.*

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE. **Em pesquisa inédita do IBGE, 2,9 milhões de adultos se declararam homossexuais ou bissexuais em 2019.** [*s. l.*], 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019. Acesso em: 22 jan. 2025.

AGÊNCIA IBGE. **PNDS vai a campo coletar informações sobre demografia, saúde reprodutiva e nutrição das crianças.** [*s. l.*], 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38058-pnds-vai-a-campo-coletar-informacoes-sobre-demografia-saude-reprodutiva-e-nutricao-das-criancas. Acesso em: 22 jan. 2025.

AGÊNCIA SENADO. **IBGE deve coletar dados sobre identidade de gênero, aprova comissão.** [*s. l.*], 2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/07/05/ibge-deve-coletar-dados-sobre-identidade-de-genero-aprova-comissao?. Acesso em: 22 jan. 2025.

AGRANONIK, Marilyn; HIRAKATA, Vânia Naomi. **Cálculo de tamanho de amostra: proporções.** Clinical and Biomedical Research, [*s. l.*], v. 31, n. 3, 2011. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/hcpa/article/view/23574. Acesso em: 22 jan. 2025.

ALBUQUERQUE, Maria do Socorro Veloso de; LIMA JÚNIOR, Manoel Sebastião da Costa; GONÇALVES, Francisco Emanoel Alves. **Desafios atuais da Política Nacional de Saúde Integral LGBT.** Direito.UnB - Revista de Direito da Universidade de Brasília, [*s. l.*], v. 8, n. 2, p. 69–90, 2024. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/51574. Acesso em: 22 jan. 2025.

ALENCAR, Tatiane de Oliveira Silva; NASCIMENTO, Maria Angela Alves do; ALENCAR, Bruno Rodrigues. **Hermenêutica dialética: uma experiência enquanto método de análise na pesquisa sobre o acesso do usuário à assistência farmacêutica.** Revista Brasileira em Promoção da Saúde, Fortaleza, vol. 25, n. 2, 2012, p. 243–250. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40823359017. Acesso em: 22 jan. 2025.

ARANHA, Adriana Veiga (Org.). **Fome Zero: Uma História Brasileira.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, v. 1, 2010. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

ARAUJO, Lara Colles de Oliva; KOPITTKE, Luciane; VICARI, Vinicius. **Utilização de hormônios pela população trans, travesti e não-binária de Porto Alegre em 2021: um estudo transversal.** Epidemiologia e Serviços de Saúde, [*s. l.*], v. 33, n. 1, p. e2024335, 2024. DOI: 10.1590/s2237-96222024v33e2024335.especial.pt. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ress/2024.v33nspe1/e2024335/pt/#. Acesso em: 22 jan. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Nota técnica sobre sobre ações afirmativas para pessoas trans e travestis e o enfrentamento da transfobia no contexto da educação superior**. ANTRA, 2024. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/09/nota-tecnica-antra-cotas-trans-2024.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017.** ANTRA, 2018. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; CUNHA, Leonam Lucas Nogueira. **"Meu registro não sabe quem sou": direito e acesso à retificação registral de nome e gênero para pessoas trans no Estado brasileiro na prática.** Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. e77011, 2024. DOI: 10.1590/2179-8966/2024/77011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdp/a/nk3KdbDpsQXbM9VHMPkT5Kx/?format=html&lang=pt. Acesso em: 20 nov. 2025.

BARROSO, Barbara Iansã de Lima. *et al.* **Mapeamento da população trans da Baixada Santista, 2023: estudo descritivo.** Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v. 33, n. spe1, p. e2024409, 2024. DOI: 10.1590/S2237-96222024v33e2024409.especial.pt. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ress/a/bqzmcXvLZfNCKfjyvFXGDkg/?lang=pt. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº. 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 7 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Glossário Saúde Brasil: Insegurança Alimentar e Nutricional.** [*s. l.*], 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional#:~:text=Sobre%20a%20Falta%20de%20acesso,suficiente%20para%20uma%20vida%20saud%C3%A1vel. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 2012. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 7 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília, MDS, 2014. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/estudo/73.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Estado de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional.** Brasília, MDS, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/SANnoBRasil.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009.** Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília, Diário Oficial da União, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/LGBT/texto_base_1_lgbt.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL DE FATO. **Ativistas denunciam baixo investimento da Prefeitura em políticas públicas para cidadãos LGBTI+.** Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://www.brasildefators.com.br/2024/01/25/ativistas-denunciam-baixo-investimento-da-prefeitura-em-politicas-publicas-para-cidadaos-lgbti. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRITO, Fernanda Ribeiro dos Santos de Sá; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. **Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 37, n. 10, p. e00308220, 2021. DOI: 10.1590/0102-311X00308220. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/QsKwnNkdFdDrbpBcVYGcYwz/abstract/?lang=pt#. Acesso em: 22 jan. 2025.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. **Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil.** Sexualidad, Salud y Sociedad, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319–351, 2013. DOI: 10.1590/S1984-64872013000200015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sess/a/bwWdcsDTNwS9mxzBkX6MSmx/abstract/?lang=pt. Acesso em: 22 jan. 2025.

CASTRO, Josué de. **Fome, tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro.** 2. ed. Petrópolis: Vozes; 1984.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** 1. ed. São Paulo: Todavia; 2022.

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA (CEDEC). **Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo: relatório de pesquisa.** São Paulo, 2021. Disponível em: https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LGBT/AnexoB_Relatorio_Final_Mapeamento_Pessoas_Trans_Fase1.pdf. Acesso em: 8 fev. 2026.

COACCI, Thiago. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil.** 290f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/items/bf26ea3e-19bc-494f-b774-39b46836c0d9. Acesso em: 21 abr. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **I Conferência Nacional de Segurança Alimentar.** Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania. Brasília, 201 f., 1995.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional - Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 81 f., 2004.

DARIVA, Andressa Amaral; DIERCKS, Margarita Luz Marina Silva; VICARI, Tais. **Guia de cuidado nutricional para a população trans, travesti e não binária na Atenção Primária à Saúde.** Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/hotsites/sms/bvaps-biblioteca-virtual-de-atencao-primaria-saude/Guia%20-%20Cuidado%20Nutricional%20-%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20Trans%20-%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20Travesti%20-%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20N%C3%A3o%20Bin%C3%A1ria%20-%20Aten%C3%A7%C3%A3o%20Prim%C3%A1ria%20%C3%A0%20Sa%C3%BAde.pdf. Acesso em: 15 abr. 2026.

ELSESSER, Kim. **The myth of biological sex.** Forbes, [*s. l.*], 2020. Disponível em: https://www.forbes.com/sites/kimelsesser/2020/06/15/the-myth-of-biological-sex/. Acesso em: 3 jun. 2026.

FAVERO, Sofia Ricardo. **Pesquisando a dor do outro: os efeitos políticos de uma escrita situada.** Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, [*s. l.*], v. 15, n. 3, p. 1-16, 2020. Disponível em: http://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3518. Acesso em: 11 abr. 2026.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **About FAO.** [*s. l.*], [c2024]. Disponível em: https://www.fao.org/about/about-fao/en/. Acesso em: 22 jan. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Hunger and food insecurity.** [*s. l.*], [c2024]. Disponível em: https://www.fao.org/hunger/en/. Acesso em: 22 jan. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Trade reforms and food security: Conceptualizing the linkages.** Roma, 2003. Disponível em: https://www.fao.org/4/y4671e/y4671e00.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

FRUTUOSO, Maria Fernanda Petroli; VIANA, Cássio Vinícius Afonso. **Quem inventou a fome são os que comem: da invisibilidade à enunciação – uma discussão necessária em tempos de pandemia.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 25, p. e200256, 2021. DOI: 10.1590/interface.200256. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/LPHP93S94TgNtKbGtRZtDcs/?lang=pt. Acesso em: 22 jan. 2025.

GOIS, Ísis *et al*. **Insegurança alimentar, estado nutricional e fatores socioeconômicos na população trans: um estudo transversal na região metropolitana da Baixada Santista em 2023**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, [*s. l.*], v. 33, n. spe1, p. e2024371, 2024. DOI: 10.1590/s2237-96222024v33e2024371.especial.pt. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ress/a/MnFMtKXw4Cnh3CJJBRcMnsJ/abstract/?lang=pt. Acesso em: 22 jan. 2025.

GOMES, Sávio Marcelino. **Vulnerabilidade de pessoas transgênero à Insegurança Alimentar.** 108 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48585. Acesso em: 22 jan. 2025.

GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO. **Ambulatório de Identidade de Gênero**. [*s. l.*], [c2024]. Disponível em: https://www.ghc.com.br/default.asp?idMenu=cartacidadao&idSubMenu=35. Acesso pnadem: 22 jan. 2025.

HTENAS, Aira Maria *et al*. **Beyond hunger: ensuring food security for all.** Atlas of the Sustainable Development Goals 2020: From World Development Indicators (World Bank), Washington, 2020. Disponível em: https://datatopics.worldbank.org/sdgatlas/archive/2020/goal-2-zero-hunger/?_gl=1*ijqv98*_gcl_au*MTQ5NTQxOTk2Ni4xNzI1MTkwNDYz. Acesso em: 22 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TRANSMASCULINIDADES (IBRAT). **Mapeamento de saúde das transmasculinidades vivendo no Brasil.** Curitiba: IBRAT, 2024. 51 p. Disponível em: https://revistaestudostransviades.wordpress.com/wp-content/uploads/2024/05/mapeamento-de-saude-das-transmasculinidades-vivendo-no-brasil-2023-1.pdf. Acesso em: 26 jul. 2026.

ILHA das Flores. Direção de Jorge Furtado. Porto Alegre: Casa de Cinema de Porto Alegre, 1989.

ILHA DAS FLORES: depois que a sessão acabou. Direção e produção de Giordano Tronco, Helena Eilers, Júlia Merker, Júlia Schwarz e Thamires Tancredi.

Porto Alegre: Editorial J; FAMECOS/PUCRS, 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ch-LIsnG9Wc. Acesso em: 29 jul. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/institucional/o-ibge.html. Acesso em: 22 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Segurança alimentar 2023 e 2024)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=39836&t=sobre. Acesso em: 16 fev. 2026

INTERLENGHI, Gabriela S *et al*. **Suitability of the eight-item version of the Brazilian household Food Insecurity Measurement Scale to identify risk groups: evidence from a nationwide representative sample.** Public Health Nutrition, [*s. l.*], v. 22, n. 5, p. 776-784, 2018. DOI: 10.1017/s1368980018003592. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10260656/. Acesso em 7 jan. 2026.

ITAQUI, Cintia. **Possibilidades de acesso à educação superior: A experiência do TransENEM Porto Alegre.** 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade La Salle, Canoas, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/11690/1118. Acesso em: 20 nov. 2025.

JARDIM, Isabela da Rosa. **Porto Alegre é a primeira capital brasileira a ter cotas trans em concursos públicos municipais.** [*s. l.*], 2025. Disponível em: https://www.ufrgs.br/humanista/2025/10/01/porto-alegre-e-a-primeira-capital-brasileira-a-ter-cotas-trans-em-concursos-publicos-municipais/. Acesso em: 20 nov. 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey**. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais.** Revista Cronos, [*s. l.*], v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150. Acesso em: 22 nov. 2025.

LAPPÉ, Frances Moore *et al*. **How we count hunger matters.** Ethics & International Affairs, [*s. l.*], v. 27, n. 3, p. 251–259, 2013. DOI: 10.1017/S0892679413000191. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/ethics-and-international-affairs/article/how-we-count-hunger-matters/C4AFF4F6485C14130C4B06F44933B06E. Acesso em: 22 jan. 2025.

LEÃO, Marília (Org.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional.** Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), Brasília, 2013. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

LEME, Adriana Salay. **Geografia da fome, de Josué de Castro** (São Paulo: Todavia, 2022). Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 643-647, 2022. DOI: 10.53727/rbhc.v15i2.845. Disponível em: https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/845. Acesso em: 22 jan. 2025.

LEME, Adriana Salay. **Josué de Castro e as metamorfoses da fome no Brasil, 1932-1946.** História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, p. 1115–1135, 2021. DOI: 10.1590/S0104-59702021000400010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/PqpXgJyrCf4PbsgnFGL7zQf/. Acesso em: 22 jan. 2025.

LIMA, Bruno José Santana. **A relação da mecanização do campo com a continuação da fome no nordeste brasileiro.** 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Ânima Educação, [*s. l.*], 2012. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/b8cc38bb-deea-4d28-8cd7-511b0c9f5402. Acesso em: 22 jan. 2025.

LOPES, Ariel Bertoni. **Movimentos sociais LGBTI+ de Porto Alegre: análise das trajetórias históricas, suas emergências e lutas na interface com a rede de atendimento.** 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/266377. Acesso em: 22 jan. 2025.

MALTA, Marcelly. **A força no reflexo: entrevista** [julho, 2017]. Porto Alegre: Escola Superior de Propaganda e Marketing, curso de Jornalismo. Entrevista concedida a Gian Carlos Panisson e Leonardo Kaller.

MATUS, Carlos. **Política, planejamento, governo**. Tomo II. Brasília: IPEA; 1993. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/16297. Acesso em: 7 jan. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias.** Revista Pesquisa Qualitativa, [*s. l.*], v. 5, n. 7, p. 1–12, 2017. Disponível em: https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82. Acesso em: 22 jan. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Vozes; 2002.

MISOCZKY, Maria Ceci Araujo; GUEDES, Paulo. **Planejamento e Programação na Administração Pública.** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 3. ed., 2016. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401413/1/Planejamento_Programacao_Adm_Publica_3ed_GRAFICA.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

MONTEIRO, Simone; BRIGEIRO, Mauro; BARBOSA, Regina Maria. **Saúde e direitos da população trans.** Cadernos de Saúde Pública, [*s. l.*], v. 35, n. 4, 2019. DOI: 10.1590/0102-311x00047119. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/csp/a/4zwYRtVyMvVkhTKBhWbnTKz/?lang=pt#. Acesso em: 22 jan. 2025.

MOURA, Cauê Assis. **E não posso ser eu um transfeminista?**. Revista Estudos Transviades, [*s. l.*], v. 2, n. 4, p. 112–116, 2021. Disponível em: https://revistaestudostransviades.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/01/revista-estudos-transviades-v.-2-n.-4-nov-2021-112-116.pdf. Acesso em: 12 out. 2025.

MUNIZ, Maria Luísa Corrêa *et al.* **Relações de trabalho e a construção de políticas públicas para acesso e permanência de pessoas trans no mercado de trabalho.** Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 49, n. spe2, p. e10507, 2025. DOI: 10.1590/2358-28982025E210507P. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/FTymZWgYyHcNhpQ5px68yJm/?lang=pt. Acesso em: 20 nov. 2025.

MUNTASER, Lara Denise. **O poder da comunicação durante o regime militar brasileiro: uma análise crítica.** 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/26534. Acesso em: 22 jan. 2025.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Currículo Lattes**. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/7740026689471870. Acesso em: 22 jan. 2025.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo.** 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NETTO, José Paulo. **Desigualdade, pobreza e Serviço Social.** Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [*s. l.*], n. 19, p. 135–170, 2009. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190. Acesso em: 22 jan. 2025.

NUNES, Thamyris (Org.). **Pesquisa sobre vivências reais de crianças e adolescentes transgêneres dentro do sistema educacional brasileiro.** IBDSEX, Curitiba, 2021. Disponível em: https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2021/12/eBook-Completo-0912-FINAL.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

OLIVEIRA, Augusta da Silveira de. **"Tenho o direito de ser quem eu sou" : o movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre (1989-2010).** 141 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/188284. Acesso em: 22 jan. 2025.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; JESUS, Jaqueline Gomes de; MONTEIRO, Anne Alencar. **Transfeminismo das transmasculinidades: Diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros.** REBEH (Revista Brasileira de Estudos da Homocultura), [*s. l.*], v. 6, n. 19, p. 90–104, 2023. DOI: 10.31560/2595-3206.2023.19.15787. Disponível em:

https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/15787. Acesso em: 12 out. 2025.

PORTO ALEGRE. **Lei nº 13.598, de 11 de agosto de 2023.** Institui a Política Municipal de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Pessoas com Identidade de Gênero Não-Binária (LGBTI+) no Município de Porto Alegre. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2023. Disponível em: https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/136212/Lei_13598_-_Promulgada.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

RAMOS, Vanessa Daufenback. **"A gente é descartado e invisível": processo de trabalho, fome e insegurança alimentar em entregadores de comida de Curitiba.** 213 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6143/tde-02062023-161422/. Acesso em: 22 jan. 2025.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil.** São Paulo, 2022. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

REDEL, Carlos. **Depois de 35 anos, "Ilha das Flores" permanece atual, mas segue gerando controvérsia entre moradores do Arquipélago**. GZH, Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/cinema/noticia/2024/07/depois-de-35-anos-ilha-das-flores-permanece-atual-mas-segue-gerando-controversia-entre-moradores-do-arquipelago-clyf4od3e00mc0161amf3023d.html. Acesso em: 29 jul. 2026.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. **Atlas das situações alimentares no Brasil: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo.** Bragança Paulista, 2021. Disponível em: https://ifz.org.br/atlas-das-situacoes-alimentares-no-brasil/. Acesso em: 22 jan. 2025.

RITCHIE, Hannah; ROSADO, Pablo; ROSER, Max. **Hunger and Undernourishment.** [*s. l.*], 2023. Disponível em: https://ourworldindata.org/hunger-and-undernourishment. Acesso em: 22 jan. 2025.

ROCON, Pablo Cardozo *et al*. **Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde.** Ciência & Saúde Coletiva, [*s. l.*], v. 21, n. 8, p. 2517–2526, 2016. DOI: 10.1590/1413-81232015218.14362015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/zGJyVqQ6WGjygRzLqfd8vRD/?lang=pt. Acesso em: 22 jan. 2025.

RODRIGUES, Jéssyca da Silva *et al*. **Vidas Precárias de Travestis Negras: uma geografia do machismo e da transfobia em Parnaíba-PI.** Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, [*s. l.*], v. 12, n. 2, p. 39–55, 2021. DOI:

10.5212/rlagg.v.12.i2.0003. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/18061. Acesso em: 22 jan. 2025.

RUSSOMANNO, Jennifer; PATTERSON, Joanne; JABSON, Jennifer. **Food insecurity among transgender and gender nonconforming individuals in the southeast United States: a qualitative study.** Transgender Health, [*s. l.*], v. 4, n. 1, p. 89–99, 2019. DOI: 10.1089/trgh.2018.0024. Disponível em: https://www.liebertpub.com/doi/10.1089/trgh.2018.0024. Acesso em: 22 jan. 2025.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. **Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 143–154, 2007. DOI: 10.1590/S0103-40142007000200012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/8qcpvbnzZrdvrRXbHRJ76mg/. Acesso em: 22 jan. 2025.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; MARIN-LEON, Letícia. **A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009.** Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 16, n. 2, p. 1–19, 2015. DOI: 10.20396/san.v16i2.8634782. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634782. Acesso em: 22 jan. 2025.

SERENINI, Milena *et al.* **A insegurança alimentar pela voz de adolescentes participantes do Programa Bolsa Família.** Revista Brasileira de Estudos de População, Rio de Janeiro, v. 40, p. e0242, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepop/a/sPLVtjd7VfLKMLvDNv7Pzrz/. Acesso em: 22 jan. 2025.

SILVA, Eliane Dias da. **Qualidade de vida de indivíduos transgêneros masculinos e femininos que fazem uso de tratamento hormonal cruzado.** 67 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/206866. Acesso em: 22 jan. 2025.

SILVA, Mercês de Fátima dos Santos; NUNES, Everardo Duarte. **Josué de Castro e o pensamento social brasileiro.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 3677–3688, 2017. DOI: 10.1590/1413-812320172211.35002016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/j4qQN8qrsq8GYfSy3wTfDNy/#. Acesso em: 22 jan. 2025.

SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

SPIZZIRRI, Giancarlo *et al*. **Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil.** Scientific Reports, [*s. l.*], v. 11, n. 1, 2021. DOI: 10.1038/s41598-021-81411-4. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41598-021-81411-4. Acesso em: 22 jan. 2025.

THOMAZI, Guilherme Lamperti *et al.* **Onde estão as transmasculinidades no SUS? Perfil sociodemográfico e de acesso de homens trans e transmasculinos vinculados ao Ambulatório Trans de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2019-2021.** Epidemiologia e Serviços de Saúde, [*s. l.*], v. 33, n. 1, 2024. DOI: 10.1590/s2237-96222024v33e2024133.especial.pt. Disponível em: https://scielosp.org/article/ress/2024.v33nspe1/e2024133/pt/#. Acesso em: 22 jan. 2025.

TRANSEMPREGOS. **Quem Somos.** [*s. l.*], [c2025]. Disponível em: https://www.transempregos.com.br/quemsomos. Acesso em: 20 nov. 2025.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos: Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948.** [*s. l.*]. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humano. Acesso em: 22 jan. 2025.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos.** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 51–60, 2003. DOI: 10.1590/S0104-12902003000100008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/GXfv6d4vzZxvwTRrh8pFyzD/. Acesso em: 22 jan. 2025.

VALLE, Karine Dalla. **No RS, 1,9% se declaram homossexuais e bissexuais; em Porto Alegre, índice é de 5,1%.** [*s. l.*], 2022. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2022/05/no-rs-19-se-declaram-homossexuais-e-bissexuais-em-porto-alegre-indice-e-de-51-cl3lxq9ui006q019iwm4jpd07.html#:~:text=No%20RS%2C%201%2C9%25,de%205%2C1%25%20%7C%20GZH. Acesso em: 22 jan. 2025.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. **Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula.** Revista de Nutrição, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439–457, 2005. DOI: 0.1590/S1415-52732005000400001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rn/a/dBtStfvTzwqWjvqQgSL5zqd/#. Acesso em: 22 jan. 2025.

VIEIRA, André Luiz Valim. **Sensibilidade insensível - Josué de Castro e a questão da fome como violação de direitos humanos fundamentais.** Revista de Estudos Jurídicos da UNESP, Franca, v. 17, n. 26, 2013. DOI: 10.22171/rej.v17i26.696. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4816082. Acesso em: 22 jan. 2025.

VON ELM, Erick *et al*. **The strengthening the reporting of observational studies in epidemiology (STROBE) statement: guidelines for reporting observational studies.** Journal of Clinical Epidemiology, [*s. l.*], v. 61, n. 4, p. 344–349, 2008. DOI: 10.1016/j.jclinepi.2007.11.008. Disponível em: https://www.jclinepi.com/article/S0895-4356(07)00436-2/fulltext. Acesso em: 7 jan. 2026.

VOTELGBT. **Diagnóstico LGBT+ na pandemia**. VoteLGBT e Box 1824, [*s. l.*], 2021. Disponível em:

https://static1.squarespace.com/static/645a82ef72df1e50defcf770/t/6499f4e8f3f5ef05f485cf71/1687811342368/diagno%CC%81stico_LGBT_pandemia_2021.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

XAVIER, Thaís Pimentel de Oliveira; VIANNA, Cláudia. **A Educação de Pessoas Trans*: relatos de exclusão, abjeção e luta**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 48, p. e124022, 2023. DOI: 10.1590/2175-6236124022vs01. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/g8MwFhhYPQktwdH6tn737Dk/?lang=pt. Acesso em: 20 nov. 2025.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (etapa quantitativa)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a/e) a participar da pesquisa intitulada “Fome e insegurança alimentar na população trans e travesti de Porto Alegre”, que está sendo desenvolvida pela nutricionista Andressa Amaral Dariva, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a responsabilidade do professor Guilherme Dornelas Camara, cumprindo as exigências contidas no item IV.3, da Resolução nº 466/2012 MS, e em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), garantindo a proteção e o sigilo das informações coletadas.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é apresentar o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo. **Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo.** Caso surja alguma dúvida em relação ao TCLE e/ou ao estudo, você pode solicitar esclarecimentos aos pesquisadores.

Objetivo: Esta pesquisa tem como objetivo contribuir para a formulação da situação-problema da fome e da insegurança alimentar da população trans e travesti em Porto Alegre (RS).

Justificativa: A justificativa deste projeto é dada pela escassez de dados sociodemográficos sobre a população trans e travesti em Porto Alegre (RS) e a carência de estudos específicos que abordem a fome e a insegurança alimentar enfrentadas por esse grupo, uma vez que tais dados são fundamentais para embasar a criação e implementação de políticas públicas e ações voltadas para essa população.

A presente pesquisa é composta por duas etapas (qualitativa e quantitativa). Você está sendo convidado(a/e) a participar da **etapa quantitativa** da pesquisa, que possui o objetivo de verificar possíveis associações entre a prevalência de insegurança alimentar e os dados sociodemográficos da amostra em estudo.

Coleta de dados: Os dados serão obtidos através da aplicação de um questionário para obtenção de informações sociodemográficas e da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). O tempo estimado da coleta de dados é de 15 a 20 minutos.

Riscos: Esta pesquisa apresenta riscos mínimos, como possíveis constrangimentos com as questões presentes, cansaço pelo tempo demandado pelo preenchimento dos dados e possível quebra de sigilo e confidencialidade. Durante a realização da pesquisa, os pesquisadores buscarão minimizar os possíveis riscos descritos. Em caso de eventuais danos comprovadamente decorrentes da pesquisa, os pesquisadores serão responsáveis pelos encaminhamentos necessários, com garantia de indenização ao participante.

Benefícios: Você terá benefícios indiretos, como a possibilidade de refletir sobre as condições de vida de pessoas trans e travestis no que tange à questão da fome e da insegurança alimentar em Porto Alegre (RS).

Participação: Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Você tem o direito de não aceitar participar da pesquisa ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou penalização pela sua decisão. Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e você não terá nenhum custo relacionado aos procedimentos envolvidos. Você e seu(s) acompanhante(s) têm garantia de ressarcimento em eventuais despesas que possam ocorrer decorrentes da sua participação.

Da guarda dos dados: Os dados coletados, como a gravação em áudio e a transcrição das entrevistas etc. serão armazenados de forma anônima em um HD externo sob a guarda dos pesquisadores pelo período de cinco anos.

Outras informações: As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos(as/es) participantes. Os seus dados de identificação serão mantidos em sigilo durante todas as fases da pesquisa. Durante todo o período da pesquisa, você tem o direito de pedir qualquer esclarecimento, estando os pesquisadores à sua disposição.

Contatos: Em caso de dúvidas ou novas perguntas sobre a pesquisa e sua condução, você poderá entrar em contato com os pesquisadores Guilherme Dornelas Camara pelo telefone/WhatsApp (51) 98118-8051 e/ou pelo e-mail guilherme.dornelas@ufrgs.br e Andressa Amaral Dariva pelo telefone/WhatsApp (51) 99676-8532 e/ou pelo e-mail andressadarivagmail.com.

O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, cujo propósito é avaliar e acompanhar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos, assegurando que a pesquisa seja conduzida de forma ética e que os direitos e interesses dos/as/es participantes sejam protegidos. Em caso de dúvidas quanto a questões éticas, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS pelo telefone/WhatsApp (51) 3308-3787, pelo e-mail etica@gabinete.ufrgs.br e/ou no endereço Av. Paulo Gama, nº 110 (sala 311), Porto Alegre (RS) - CEP 90040-060, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, e com o Comitê de Ética em Pesquisa do GHC pelo telefone (51) 3357-2714, pelo e-mail cep-ghc@ghc.com.br e/ou no endereço Av. Francisco Trein 596 (3º andar), Porto Alegre (RS) - CEP 91350-200, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h45min às 15h45min.

Se desejar receber os resultados da pesquisa após sua conclusão, você pode entrar em contato com os pesquisadores mencionados acima ou fornecer um meio de contato abaixo (esse contato será utilizado exclusivamente para o envio dos resultados da pesquisa):

……

Ao assinar esse Termo, declaro que li e concordo em participar da pesquisa.

_____

Assinatura do/a/e participante

_____	_____
Andressa Amaral Dariva	Guilherme Dornelas Camara
(pesquisadora)	(pesquisador responsável)

Data: _____/_____/_____

APÊNDICE B – Questionário da etapa quantitativa

Fome e insegurança alimentar na população trans e travesti	
Nº do questionário:	Data da entrevista:

1. Qual a sua cidade de residência? _____

2. Qual a sua idade? _____ anos

3. Qual o gênero que você se identifica?

(0) Homem trans (1) Mulher trans

(2) Travesti (3) Pessoa não binária

(4) Outro, qual? _____

4. Qual a sua orientação sexual?

(0) Heterossexual (1) Gay (2) Lésbica

(3) Bissexual (4) Assexual

(5) Outra, qual? _____

5. Qual a sua cor da pele ou raça?

(0) Branca (1) Preta (2) Parda

(3) Amarela (4) Indígena (5) Outra, qual? _____

6. Qual o seu nível de escolaridade?

(0) Nenhum (1) Ensino fundamental incompleto

(2) Ensino fundamental completo (3) Ensino médio incompleto

(4) Ensino médio completo (5) Ensino superior incompleto

(6) Ensino superior completo (7) Pós-graduação

7. Qual o seu estado civil?

(0) Solteiro/a/e (1) Casado/a/e ou em união estável

(2) Separado/a/e ou divorciado/a/e (3) Viúvo/a/e

8. Qual é a sua situação habitacional atual?

(0) Própria (2) Cedida (4) Abrigo/hospedaria

(1) Alugada (3) Em situação de rua (5) Outra, qual? _____

9. Quantas pessoas moram na sua residência (incluindo você)? _____

10. Você está trabalhando atualmente?

(1) Sim (0) Não

11. Qual o seu trabalho/ocupação? _____

12. Em média, qual foi a sua renda mensal nos últimos três meses? (SM = salário mínimo)

(0) Sem renda (1) Menor ou igual a 1 SM (≤ R$ 1.518)

(2) Entre 1 a 2 SM (R$ 1.519 a 3.036) (3) Entre 2 a 3 SM (R$ 3.037 a 4.554)

(4) Entre 3 a 4 SM (R$ 4.555 a 6.072) (5) Entre 4 a 5 SM (R$ 6.073 a 7.590)

(6) Maior que 5 SM (> R$ 7.590)

Renda familiar: _____

13. Quais são as origens da sua renda?

( ) Trabalho formal (CLT) ( ) Servidor público

( ) Trabalho informal ( ) Pessoa jurídica (PJ)

( ) Estágio remunerado/estudante bolsista ( ) Apoio familiar e/ou de amigos

( ) Benefícios ao cidadão (BPC, Bolsa Família, aposentadoria, auxílio-doença, seguro-desemprego, entre outros) - Se sim, qual? _____

( ) Não se aplica ( ) Dependente ( ) Outra, qual?_____

14. Você já teve dificuldade em acessar locais de venda ou distribuição de alimentos (mercados, feiras) ou estabelecimentos de alimentação (restaurantes) devido à sua identidade de gênero?

(1) Sim (0) Não

15. Quais estratégias você utiliza quando possui pouco ou nenhum dinheiro para comprar alimentos?

( ) Reduzir a quantidade dos alimentos ( ) Reduzir a variedade dos alimentos

( ) Procurar ajuda de amigos/familiares ( ) Procurar locais de doações

( ) Outras, quais? _____ ( ) Não se aplica

16. Você acessa ou já acessou equipamentos de segurança alimentar e nutricional (cozinhas comunitárias, restaurantes populares)?

(1) Sim (0) Não

17. Responda às questões abaixo assinalando “sim” ou “não”:

Questões		SIM	NÃO
1	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar mais comida?		
2	Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?		
3	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?		
4	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?		
5	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?		
6	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?		
7	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?		
8	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?		

APÊNDICE C – Quadro das variáveis da etapa quantitativa

Quadro 4 – Descrição das variáveis da etapa quantitativa

Variável	Natureza	Categorias na análise descritiva (Tabela 1)	Categorias nas análises de regressão (Tabelas 3 e 4)
Insegurança alimentar	Qualitativa ordinal	Segurança alimentar (0 ponto); IA leve (1 a 3 pontos); IA moderada (4 a 5 pontos); IA grave (6 a 8 pontos)	Dicotomizada: ausência (EBIA = 0) *vs.* presença (EBIA ≥ 1)
Escore da EBIA	Quantitativa discreta	Média ± desvio-padrão	Contínua (0 a 8 pontos)
Faixa etária	Quantitativa discreta, categorizada em ordinal	18 a 24 anos; 25 a 34 anos; 35 a 39 anos; 40 a 44 anos; 45 anos ou mais	18 a 24 anos (referência); 25 a 34 anos; 35 a 39 anos; 40 anos ou mais
Identidade de gênero	Qualitativa nominal	Homem trans; Mulher trans; Travesti; Pessoa não binária; Outra	Homem trans (referência); Mulher trans; Travesti; Pessoa não binária; Outra
Orientação sexual	Qualitativa nominal	Heterossexual; Gay; Lésbica; Bissexual; Assexual; Pansexual; Outra	Heterossexual (referência); Gay; Lésbica; Bissexual; Pansexual; Outra (reúne “Assexual” e “Outra”)
Raça/cor	Qualitativa nominal	Branca; Negra (soma de “Preta” e “Parda”); Outra	Branca (referência); Negra (soma de “Preta” e “Parda”)
Município de residência	Qualitativa nominal	Porto Alegre; Região Metropolitana de Porto Alegre; Outros municípios	Porto Alegre (referência); Demais municípios (reúne “Região Metropolitana de Porto Alegre” e “Outros municípios”)
Escolaridade	Qualitativa ordinal	Ensino fundamental incompleto; Ensino fundamental completo; Ensino médio incompleto; Ensino médio completo; Ensino superior incompleto; Ensino superior completo; pós-graduação	Ensino fundamental, incompleto e completo (referência); Ensino médio, incompleto e completo; Ensino superior, incompleto e completo; pós-graduação
Estado civil	Qualitativa nominal	Solteiro/a/e; Casado/a/e ou união estável; Separado/a/e ou divorciado/a/e; Viúvo/a/e	Solteiro/a/e (referência); Casado/a/e ou união estável
Situação habitacional	Qualitativa nominal	Própria; Alugada; Cedida; Situação de rua; Abrigo/hospedaria; Outra	Própria (referência); Alugada; Outra (reúne “Cedida”, “Abrigo/hospedaria” e “Outra”)
Possuía ocupação remunerada	Qualitativa nominal dicotômica	Não; Sim	Não (referência); Sim
Número de residentes no domicílio	Quantitativa discreta	Média ± desvio-padrão	Não utilizada nos modelos
Possuía renda própria	Qualitativa nominal dicotômica	Não; Sim	Não (referência); Sim

Variável	Natureza	Categorias na análise descritiva (Tabela 1)	Categorias nas análises de regressão (Tabelas 3 e 4)
Valor da renda própria	Qualitativa ordinal	≤ 1 SM; 1 a ≤ 2 SM; 2 a ≤ 3 SM; 3 a ≤ 4 SM; 4 a ≤ 5 SM; > 5 SM	≤ 1 SM (referência); 1 a ≤ 2 SM; 2 a ≤ 3 SM; 3 a ≤ 4 SM; > 4 SM (reúne “4 a ≤ 5 SM” e “> 5 SM”)
Origem da renda própria	Qualitativa nominal, múltipla resposta	Variáveis binárias não mutuamente exclusivas: Vínculo celetista; Trabalho informal ou pessoa jurídica; Estágio remunerado ou bolsa estudantil; Benefícios sociais e previdenciários; Vínculo estatutário; Apoio familiar; Outra	Variável categórica mutuamente exclusiva, por ordem de prioridade: Vínculo celetista/estatutário (referência); Trabalho informal ou pessoa jurídica; Estágio remunerado ou bolsa estudantil; Benefícios sociais e previdenciários ou apoio familiar; Outra
Possuía renda familiar	Qualitativa nominal dicotômica	Não; Sim	Não (referência); Sim
Dependente da renda familiar	Qualitativa nominal dicotômica	Não; Sim	Não (referência); Sim
Valor da renda familiar	Qualitativa ordinal	≤ 1 SM; 1 a ≤ 2 SM; 2 a ≤ 3 SM; 3 a ≤ 4 SM; 4 a ≤ 5 SM; > 5 SM; Não relatado	≤ 1 SM (referência); 1 a ≤ 2 SM; 2 a ≤ 3 SM; 3 a ≤ 4 SM; > 4 SM (reúne “4 a ≤ 5 SM” e “> 5 SM”)
Dificuldade de acesso a alimentos devido à identidade de gênero	Qualitativa nominal dicotômica	Não; Sim	Não (referência); Sim
Uso de estratégias em situações de escassez financeira	Qualitativa nominal dicotômica, com detalhamento de múltipla resposta	Tipos de estratégia, não mutuamente exclusivos: Reduzir a quantidade dos alimentos; Reduzir a variedade; Procurar ajuda de amizades ou família; Procurar locais de doação; Outras	Não (referência); Sim
Uso de equipamentos de SAN	Qualitativa nominal dicotômica	Não; Sim	Não (referência); Sim

Legenda: EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar; IA – insegurança alimentar e nutricional; SM – salário mínimo; SAN – segurança alimentar e nutricional.
Fonte: elaboração própria.

APÊNDICE D – Carta-convite para participação na etapa qualitativa

CONVITE PARA PESQUISA

Você está sendo convidado(a/e) a participar da pesquisa intitulada **"Fome e insegurança alimentar na população trans e travesti de Porto Alegre"**, que possui o objetivo de contribuir para a formulação da situação-problema da fome e da insegurança alimentar da população trans e travesti em Porto Alegre (RS).

A participação consiste em uma **entrevista (presencial ou virtual)**, com local e data a serem determinados por você em conjunto com os pesquisadores, na qual serão abordadas **questões referentes às suas percepções e vivências da fome e insegurança alimentar e de sua comunidade**. Em caso de aceite, você receberá uma via assinada do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Informações e contatos dos pesquisadores

Andressa Dariva
andressadariva@gmail.com
(51) 99676-8532

Guilherme Camara (orientador)
guilherme.dornelas@ufrgs.br
(51) 98118-8051

Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - UFRGS



APÊNDICE E – Questionário da etapa qualitativa

1. Qual a sua idade?
2. Qual a sua identidade de gênero?
3. Qual a sua cor da pele ou raça?
4. Qual o seu nível de escolaridade?
5. Qual o seu trabalho/ocupação?
6. O que você entende por fome?
7. Você já ouviu falar em insegurança alimentar e nutricional? O que você acha que isso significa?
8. Você já experienciou alguma situação de fome e/ou insegurança alimentar (a partir da conceituação definida na questão anterior)? (Se sim, como foi essa experiência?)
9. Quais são os maiores desafios que você enfrenta para ter uma alimentação saudável?
10. Você já precisou escolher entre comprar alimentos ou pagar por outras necessidades básicas, como moradia ou medicamentos?
11. Você acha que pessoas trans e travestis geralmente precisam escolher entre comprar alimentos ou pagar por outras necessidades básicas, como moradia ou medicamentos?
12. Você já recorreu a programas sociais, ONGs ou outras formas de ajuda para conseguir alimentos? Como foi essa experiência?
13. Como ser trans ou travesti influencia no seu acesso a alimentos?
14. Você acha que pessoas trans ou travestis têm mais ou menos acesso a locais de venda ou distribuição de alimentos (mercados, feiras) ou estabelecimentos de alimentação (restaurantes) devido à sua identidade de gênero?
15. Qual a sua percepção sobre as atuais políticas públicas voltadas para pessoas trans e travestis?
16. O que você acha que deveria ser feito para melhorar o acesso à alimentação para a população trans e travesti?

APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (etapa qualitativa)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a/e) a participar da pesquisa intitulada “Fome e insegurança alimentar na população trans e travesti de Porto Alegre”, que está sendo desenvolvida pela nutricionista Andressa Amaral Dariva, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a responsabilidade do professor Guilherme Dornelas Camara, cumprindo as exigências contidas no item IV.3, da Resolução nº 466/2012 MS, e em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), garantindo a proteção e o sigilo das informações coletadas.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é apresentar o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo. **Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo.** Caso surja alguma dúvida em relação ao TCLE e/ou ao estudo, você pode solicitar esclarecimentos aos pesquisadores.

Objetivo: Esta pesquisa tem como objetivo contribuir para a formulação da situação-problema da fome e da insegurança alimentar da população trans e travesti em Porto Alegre (RS).

Justificativa: A justificativa deste projeto é dada pela escassez de dados sociodemográficos sobre a população trans e travesti em Porto Alegre (RS) e a carência de estudos específicos que abordem a fome e a insegurança alimentar enfrentadas por esse grupo, uma vez que tais dados são fundamentais para embasar a criação e implementação de políticas públicas e ações voltadas para essa população.

A presente pesquisa é composta por duas etapas (qualitativa e quantitativa). Você está sendo convidado/a/e a participar da **etapa qualitativa** da pesquisa, que possui o objetivo de descrever as constituições subjetivas da população trans e travesti de Porto Alegre (RS) sobre suas vivências e de sua comunidade em relação à fome e à insegurança alimentar.

Coleta de dados: Os dados serão obtidos através de uma única entrevista presencial ou virtual, com local e data a serem determinados por você em conjunto com os pesquisadores, com questões referentes às suas percepções e vivências de fome e insegurança alimentar. O tempo estimado da duração da entrevista é de uma hora (60 minutos). A entrevista será anônima e você não será identificado/a/e. O áudio da entrevista poderá ser gravado, caso haja o seu consentimento. Você poderá negar a gravação da entrevista, sem nenhum tipo de prejuízo ou penalização pela sua decisão. Em caso de gravação, a transcrição será submetida à sua aprovação.

Riscos: Esta pesquisa apresenta riscos mínimos, como possíveis constrangimentos com as questões presentes na entrevista, cansaço pelo tempo demandado da entrevista e possível quebra de sigilo e confidencialidade. Durante a realização da pesquisa, os pesquisadores buscarão minimizar os possíveis riscos descritos. Em caso de eventuais danos comprovadamente decorrentes da pesquisa, os pesquisadores serão responsáveis pelos encaminhamentos necessários, com garantia de indenização ao participante.

Benefícios: Você terá benefícios indiretos, como a possibilidade de refletir sobre as condições de vida de pessoas trans e travestis no que tange à questão da fome e da insegurança alimentar em Porto Alegre (RS).

Participação: Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Você tem o direito de não aceitar participar da pesquisa ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou penalização pela sua decisão. Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa.

Você e seu(s) acompanhante(s) têm garantia de ressarcimento em eventuais despesas que possam ocorrer decorrentes da sua participação.

Da guarda dos dados: Os dados coletados, como a gravação em áudio e a transcrição das entrevistas etc. serão armazenados de forma anônima em um HD externo sob a guarda dos pesquisadores pelo período de cinco anos.

Outras informações: As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos/as/es participantes. Os seus dados de identificação serão mantidos em sigilo durante todas as fases da pesquisa. Durante todo o período da pesquisa, você tem o direito de pedir qualquer esclarecimento, estando os pesquisadores à sua disposição.

Contatos: Em caso de dúvidas ou novas perguntas sobre a pesquisa e sua condução, você poderá entrar em contato com os pesquisadores Guilherme Dornelas Camara pelo telefone/WhatsApp (51) 98118-8051 e/ou pelo e-mail guilherme.dornelas@ufrgs.br e Andressa Amaral Dariva pelo telefone/WhatsApp (51) 99676-8532 e/ou pelo e-mail andressadarivagmail.com.

O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, cujo propósito é avaliar e acompanhar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos, assegurando que a pesquisa seja conduzida de forma ética e que os direitos e interesses dos/as/es participantes sejam protegidos. Em caso de dúvidas quanto a questões éticas, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS pelo telefone/WhatsApp (51) 3308-3787, pelo e-mail etica@gabinete.ufrgs.br e/ou no endereço Av. Paulo Gama, nº 110 (sala 311), Porto Alegre (RS) - CEP 90040-060, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, e com o Comitê de Ética em Pesquisa do GHC pelo telefone (51) 3357-2714, pelo e-mail cep-ghc@ghc.com.br e/ou no endereço Av. Francisco Trein 596 (3º andar), Porto Alegre (RS) - CEP 91350-200, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h45min às 15h45min.

Se desejar receber os resultados da pesquisa após sua conclusão, você pode entrar em contato com os pesquisadores mencionados acima ou fornecer um meio de contato abaixo (esse contato será utilizado exclusivamente para o envio dos resultados da pesquisa):

……

Ao assinar esse Termo, declaro que li e concordo em participar da pesquisa.

Autorização para uso de voz:

( ) Autorizo a gravação e/ou divulgação da minha voz;

( ) Autorizo a gravação, mas não a divulgação de minha voz;

( ) Não autorizo a gravação e/ou divulgação da minha voz.

_____
Assinatura do/a/e participante

_____
Andressa Amaral Dariva
(pesquisadora)

_____
Guilherme Dornelas Camara
(pesquisador responsável)

Data: _____/_____/_____

ANEXO A – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

Questões		SIM	NÃO
1	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar mais comida?		
2	Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?		
3	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?		
4	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?		
5	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?		
6	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?		
7	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?		
8	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?		